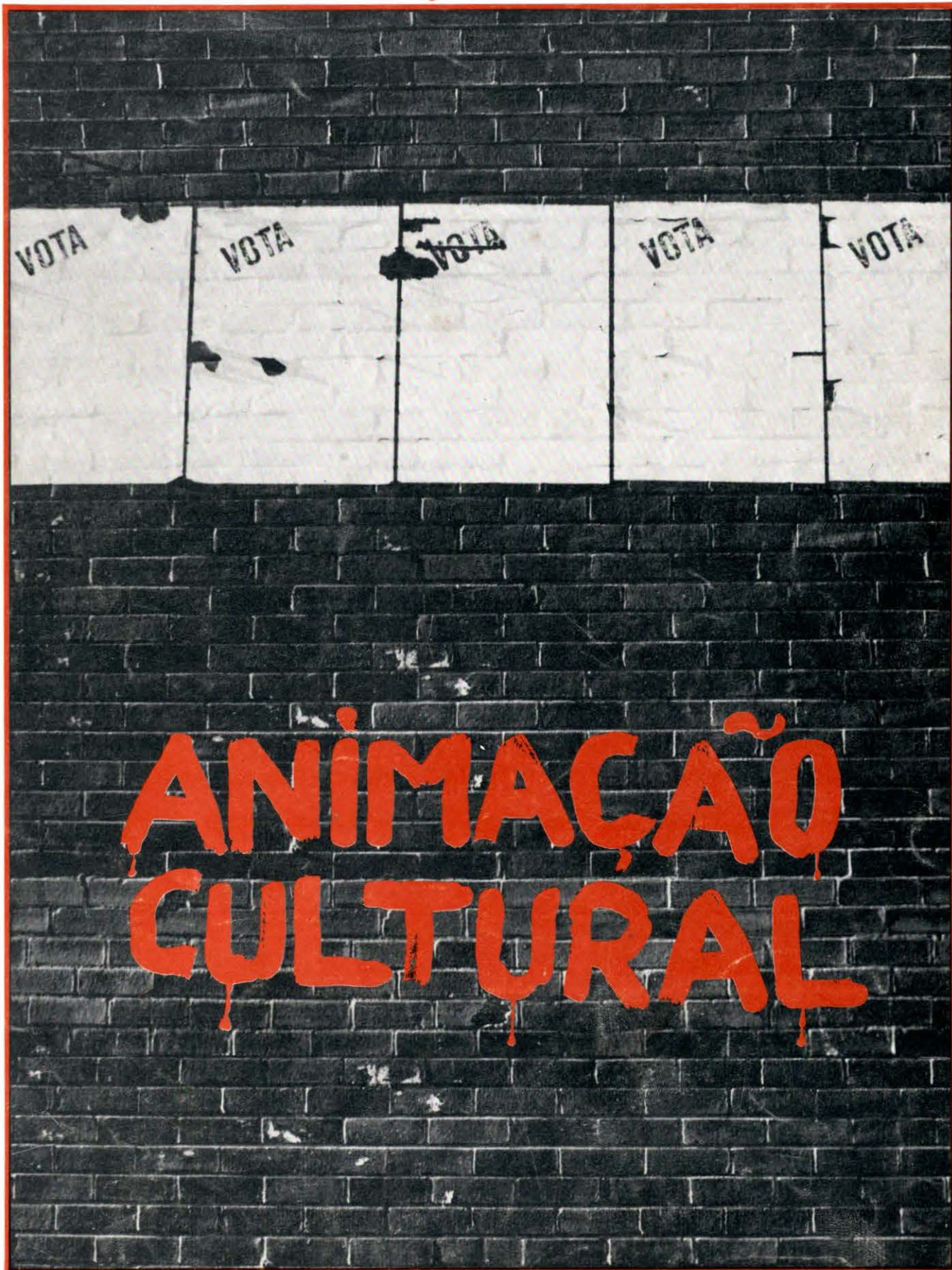


INTERVENÇÃO

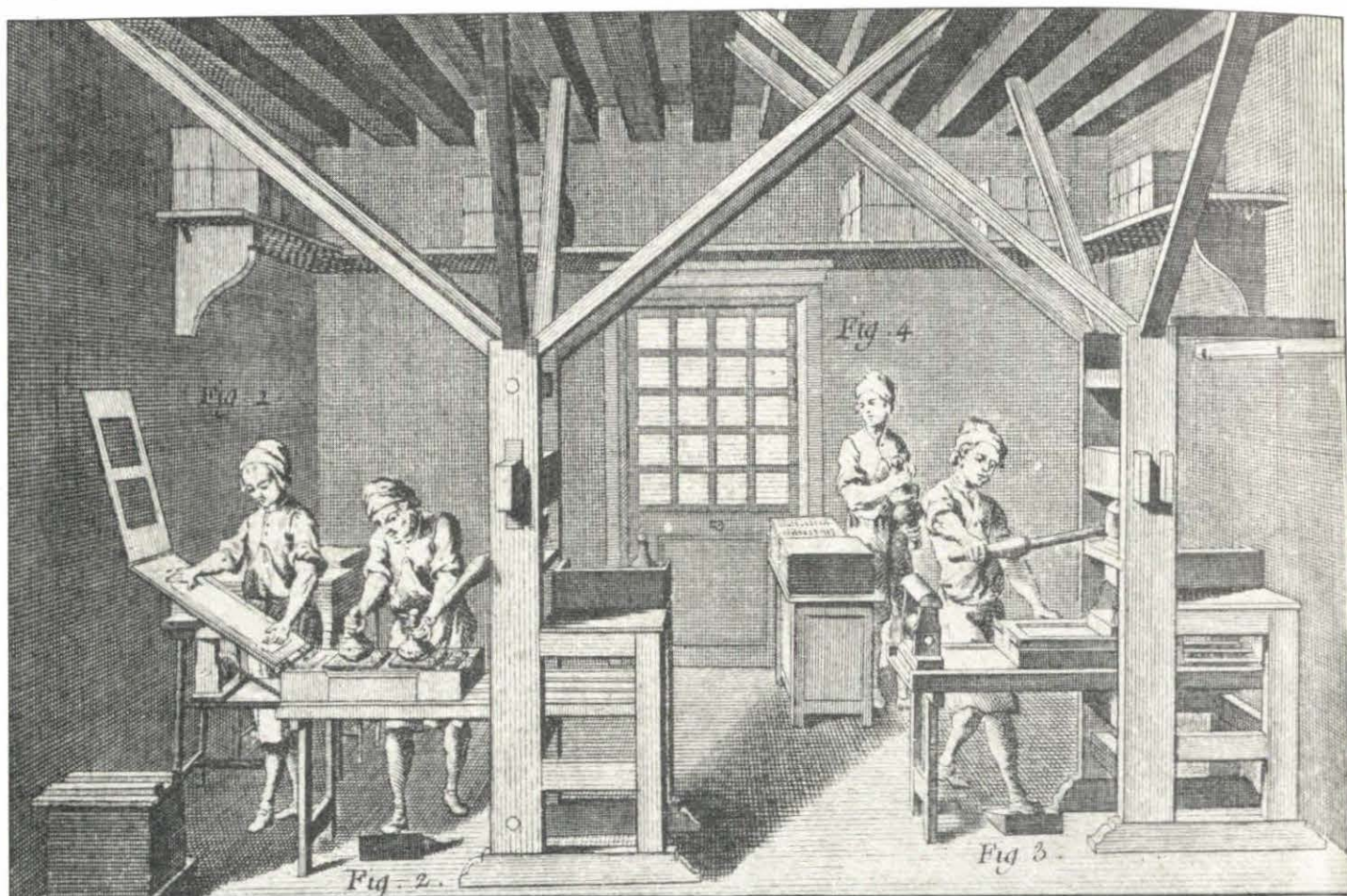
REVISTA DE ANIMAÇÃO
SÓCIO-CULTURAL

Nº 7/8 2ª Série
Revista Mensal
Preço 40\$00
Número duplo

DEZEMBRO/JANEIRO 1983



RESENHA



"Esta Revista, já o dissemos, está ainda a fazer-se. Mas para ser uma revista feita, tem de criar uma maneira própria de estar e de intervir — uma equipa que a faça e assuma colectivamente e que responda ao entusiasmo do Movimento Associativo"

(da Resenha do nº 6, II Série, JUL/AGO. 82)

E poderá ser de outra maneira?

Passou o tempo das certezas absolutas. Mais que nunca começa a ser indispensável assumir a busca, não perpetuar imagens, não esquecer que as coisas se transformam, que as podemos transformar.

INTERVENÇÃO não quer ser uma revista embalsamada; quer ser, sim, o espaço de debate, diálogo, de intervenção, aberto, disponível, ao serviço das associações, sem dúvida, dos animadores, também, de todos os que entendem a acção cultural como prática transformadora.

INTERVENÇÃO continua e continuará. Vai, também ela, transformar-se, não porque alguém nos imponha essa transformação, mas sim porque somos nós que o queremos.

INTERVENÇÃO, a breve trecho, vai constituir-se em Associação, que passará a ser a proprietária da revista. Tal passo, há muito esperado, possibilitará o alargamento da sua prática, do seu projecto. No próximo número daremos notícia mais detalhada sobre este assunto.

Entretanto, eis o nº 7 da II Série.

J.F.



INTERVENÇÃO

Dezembro Janeiro 1983

DIRECÇÃO
José Ferreira

REDACÇÃO
Camilo Duarte Inácio
Filomena Viegas
José Ferreira
Lucília Salgado
Luís Martins
Luís Mourão
Mário Ribeiro
Miguel Horta
Rodolfo Proença de Jesus
Sofia Torrado da Silva

DELEGAÇÃO DE LEIRIA
Carlos Fragateiro

DELEGAÇÃO DO PORTO
José Roseira
Henrique Araújo
A. Santos Silva

DIRECÇÃO GRÁFICA
E ILUSTRAÇÕES
Miguel Horta

PROPRIETÁRIO
Luís Martins

SECRETARIADO
Helena Verejão

FOTOGRAFIA
Mariano Piçarra

PUBLICIDADE
Alfredo Henriquez

COLABORAM NESTE NÚMERO
Adelino Dias Cardoso
José Alberto Sardinha
Manuela Gonzales
Maria Elisa Pessoa Jorge
Maria Helena Vinagre
Maria José Nóvoa
Maria Rosa Colaço
Paulo Póiares
Profírio Alves Pires
Rosário Horta

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO
GRUA, ARTES GRÁFICAS, LDA.
Calç. dos Barbadinhos, 114-A
1100 LISBOA

DISTRIBUIÇÃO
Dijornal — Distribuidora de Livros
e Periódicos Lda. — Rua Joaquim
António de Aguiar, 64-2º Dtº
1100 LISBOA

PREÇO DESTE NÚMERO 40\$00

TABELA DE ASSINATURAS

	Semestral	Anual	Após
Portugal	200\$00	360\$00	500\$00
Europa	450\$00	900\$00	1.280\$00
Resto Mundo	650\$00	1.200\$00	1.500\$00

TIRAGEM
3.500 exemplares

CONTACTO
PARA PUBLICIDADE
Telf. 602091

REDACÇÃO EM LISBOA
Rua de Arroios nº 88 - 1º
1100 LISBOA

CORRESPONDÊNCIA
Apartado 21064
1127 LISBOA CODEX

FOTO DA CAPA
Mariano Piçarra

AGRADECEMOS A
● Bisschoppelijke Vastenactie
Nederland
● Fundação Calouste Gulbenkian

A PROPÓSITO DE...
...EDUCAÇÃO FORMAL
E INFORMAL PÁG. 4



MÉRTOLA, A CULTURA
FLORESCE PÁG. 10



NA CÂMARA MUNICIPAL
DO MONTIJO PÁG. 12

UMA HISTÓRIA
EXEMPLAR PÁG. 15



ANIMAÇÃO LOCAL
E ALFABETIZAÇÃO
NO PORTO PÁG. 17

CORUCHE 1982
ENCONTRO
DE ASSOCIAÇÕES E
ANIMADORES CULTURAIS
DO DISTRITO
DE SANTARÉM PÁG. 20



FORMAÇÃO
E COMUNICAÇÃO PÁG. 27



COLUNA A COLUNA PÁG. 30

DAQUI E DALI PÁG. 30

CONTRIBUTO PÁG. 31

AS NOSSAS
MEMÓRIAS PÁG. 32



AINDA NÃO FOI DESTA QUE O NOVO ANO COMEÇOU...

Outubro e Novembro já lá vão. Geralmente querem dizer princípio de ano lectivo para quem permaneceu (ou permanece) demasiado tempo da sua vida agarrado às paredes a que se costuma atribuir a segurança do tempo — a escola.

Outubro e Novembro são, geralmente, tempo de congeminar coisas, de reflexão, de projectos. No fim, mais do que o que se gostaria que fosse, aquilo que os pés assentes na terra nos mostra que vai ser.

"A ESCOLA ESTÁ DOENTE"

Mas como foram sempre as utopias que empurraram o avanço da história (que nos desculpem alguns!) abramos clareiras e deixemo-nos penetrar de um pensar de outro modo.

A escola está doente. Muito

doente. Mas é cedo, ainda, para nos alegrarmos com o seu dobrar a finados. Como o gato de sete foles, a escola tem sempre mais um ou outro recurso para ir sobrevivendo. Mas será a morte da escola que se anuncia, ou a sua transformação gradual até não ser mais o corpo estranho que hoje é/seria à sociedade civil se não fôssemos todos obrigados a, de algum modo, por lá passar?

De qualquer modo, a longa vida que ainda se lhe antevê obriga-nos a procurar descobrir as novas formas de aprendizagem paralelas — talvez um dia (já hoje) convergentes.

A escola primária lança todos os anos nas listas de insucesso escolar centenas de crianças marcadas com o "ferrete" de "incapazes para a escola". E, para a vida, serão elas incapazes?

A homogeneidade do grupo marcado (crianças das mais baixas camadas sociais) não mostrará antes que é a escola incapaz para elas? Que precisariam de uma outra escola que lhes ensinasse de uma outra maneira, com os materiais do seu quotidiano, a partir daquilo que já sabem, do que é a sua vida, a de seus pais, a do seu meio? Quem disse que os meios pobres, economicamente, não têm "valores úteis" à aprendizagem? Quem foi que ensinou os professores a classificá-los, apenas, com palavras negativas de **faltas e carências**? (1) Porque não pedir os

óculos aos antropólogos, etnólogos, sociólogos, etc., para lhes ver as riquezas que não "tilintam" duma cultura menosprezada?

Abrir a escola ao meio! Com uma BOMBA! dizem os radicais illichianos. Com reuniões de pais que sirvam para pais e professores trocarem saberes em ambientes desierarquizados. **"Com o estudo efectivo do meio físico e social das crianças"**. **"Através do conhecimento transmitido pelos pais"**. **"Com a escola transformada num meio de animação da comunidade"**, dizem os que pensam ser, agora e já, possível fazer alguma coisa.

"OLHANDO PARA A VIDA, COMO SE APRENDE?"

Olhando para a vida, como se aprende? Como aprendemos nós, na nossa infância, com pais, irmãos, amigos e vizinhos? Como aprendem, marginalmente, os homens de hoje, que reagem à reprovação da escola, querendo eles aquilo que lhes fala da vida de hoje e não o latim literário ou físico que lhes querem fazer decorar, encher e "vomitar" em sansórias avaliações.

Hoje, se os participantes dos cursos de alfabetização, em Portugal, se apresentam com uma média de 23% de idades inferiores a 20 anos — jovens, portanto — isso mostra bem não haver "incapacidade" para a aprendizagem, mas sim um molde que não lhes servia:

Mas, então, como se aprende, hoje e aqui?

Permanecemos, aos vários níveis e escalões sociais, sabendo muito pouco do que se conhece pelo mundo, melhor dizendo, com o saber muito pouco difundido socialmente. Um ou outro "especialista" sabe de um assunto aquilo que noutros sítios foi já democratizado e alargado a vários grupos. E preocupa-se a difundi-lo? Agora! Mostra-o em salões cobertos de mistério, usa-o como poder manipulador das massas ou cria, nos "rebeldes" um desprezo pelo saber, pela cultura.

"NOVAS FORMAS DE APRENDER"

O panorama da mediocridade escolar (honra seja feita aos que lhe escapam e, felizmente, são cada vez mais numerosos os que conseguem



romper o cerco, fazendo uma prática pedagógica diferente!) torna cada mais necessárias as actividades de tempos livres e tempos/espacos de lazer (que ultrapassam muito a abertura ao mundo pela televisão) para que se crie e desenvolva o gosto da formação integral na perspectiva de educação permanente. As colectividades, as associações culturais, continuam a ser hoje **novas formas de aprender e de fazer adquirir saber**. As práticas que realizam, "ensinam" aos seus colaboradores um saber global, que muitos gestores ou técnicos da administração pública gostariam (deveriam!) possuir.

A tradição de criar actividades com fins estritamente pedagógicos lamenta o divórcio, que hoje existe, entre escola e associações culturais. De facto, foi no seio do movimento associativo que surgiram as primeiras "aulas públicas" para ensinar a ler e a escrever; que criaram alguns modelos pedagógicos, ainda hoje exemplares (2) e se manteve a resistência pedagógica à ditadura (quem não conhece a Voz do Operário, por exemplo?).

Igualmente, nos países de emigração foram as associações que criaram o ensino da língua e cultura portuguesas e os levaram aos filhos dos associados, cotizando-se para pagar ao "professor" até o Estado ter assumido as suas responsabilidades.

Em relação à alfabetização, assistiu-se à mesma coisa. As associações tomaram a seu cargo a alfabetização da mesma maneira como faziam creches, saneamento básico, festas colectivas. A metodologia seguida era, em alguns casos, tão inovadora e eficaz que, não só foi tida em consideração (3) e estudada (4), mas, também, como proposta de modelo pedagógico no PNAEBA — Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos. As práticas de educação popular — apesar da asfixia económica a que foram sujeitos por parte do Estado, continuam, ainda hoje, a apresentar-se como as grandes alternativas de desenvolvimento cultural das comunidades.

Outubro e Novembro passaram. O fim do ano aproxima-se. Afinal, ainda não foi desta que o novo ano começou.

**Lucília Salgado
Mário Ribeiro**

NOTAS:

- (1) V. estudo de Ana Benavente e Adelaide Pinto Correia "Observações ao insucesso no ensino primário". Ed. IED.
- (2) Referimo-nos, por exemplo, à Escola Oficina nº 1, de que fala Emídio Santana. (O Jornal, 1 de Maio de 1981.)
- (3) Portaria 419/76 da DGEP.
- (4) "Pensar Educação" nº 6. Objectivos, Situações e Práticas de Educação Popular em Portugal, 1978. Ana Benavente e J. Mariano Gago, Karin Wall, Lucília Salgado — DGEA.



A PROPÓSITO DE... "A ESCOLA ESTÁ DOENTE"

Educação formal evoca a imagem de meninos bem sentadinhos, "arrumados", ouvindo e... aprendendo ou não!

O acento, a importância nesse tipo de ensino/educação recai no adulto, no magister, no transmissor, no "sábio"... Não se privilegia a comunicação, a expressão bi-lateral, mesmo quando esta não é totalmente desprezada. O papel do professor na aprendizagem toma, nessa linha, um valor quase mágico.

A pouco e pouco a certeza do ensino ser apenas um processo unilateral, corresponde a uma soma de informação que se transmite, foi-se abalando, ao mesmo tempo que se desmitificava a figura daquele mestre que, magnânimo e distanciadamente, deixava cair um saber "todo feito" de cima do seu estrado para os pobres ignorantes, cá em baixo, o recolherem religiosamente.

Os resultados pouco brilhantes do ensino, o contributo de pedagogos e psicólogos, as interrogações dos que estavam abertos à mudança, foram várias formas de questionar a cisão

entre vida e ensino, entre experiência e teoria, entre assimilação e interesse, entre sábios e ignorantes...

Descoberta lenta, iniciada há muitos decénios, foi pouco a pouco realçando a importância da aprendizagem a partir da vida e do vivido, o valor do diálogo, da dualidade professor-aluno em que ambos têm um pouco de cada um...

A condenação do esclerosado ensino formal surge explosivamente em França, em 1968. O desejo de participar, de criar, de expressar, de ter lugar, de contestar — tornou-se, então, revolução...

A educação formal continua a ser nos nossos dias uma realidade e também, de certo modo, uma tentação — a tentação da passividade ou do autoritarismo, a tentação do comodismo de ouvir ou de falar, sem responder ou escutar...

Tem havido, sem dúvida, dentro do próprio ensino formal, experiências de renovação de métodos, tentativas de, na medida do possível, partir do aluno levando-o a participar, a ser agente da sua própria aprendizagem

(1). Mas o peso da burocracia, a exigência de avaliações de tipo tradicional, a dificuldade de atender devidamente aos ritmos individuais de uma classe numerosa, leva a que tais experiências sejam raros oásis no deserto árido da aprendizagem. Comunicam-se conhecimentos, impinge-se informação à margem dos interesses dos aprendizes, matando a possibilidade de lançar raízes de curiosidade e de interesse para o prosseguimento da aquisição de uma cultura válida.

A verdadeira educação devia começar precisamente ao terminar o ensino formal, porque esta conseguira gerar o desejo de procurar e de encontrar algo pelos próprios meios. E se esse algo está nos livros, encontra-se também, e muito especialmente, na sabedoria espalhada de forma tão variada por cada pessoa com quem nos cruzamos, com quem convivemos. Esses sábios de uma parcela do saber a maior parte das vezes ignoram o próprio valor, de tal forma é corrente que só os Senhores Doutores sabem coisas importantes. Como seria positivo que, desde os bancos das escolas, houvesse a preocupação de chamar esses especialistas do cotidiano a transmitir a sua sabedoria-vida...

Educação permanente, contínua, é, principalmente, a que se vai adquirindo de formas variadas, no dia a dia do nosso viver e do nosso conviver. Aprendemos, assim, até morrer aquilo que nos é útil, o que está ligado à nossa vida, às nossas necessidades e aos nossos interesses. Mestres e alunos, simultaneamente uns aos outros!

Imbuir desta preocupação o ensino formal exigiria neste uma viragem de 360 graus. O que significa que não se trata de reformar mas de revolucionar...

Não será este um desafio dirigido a cada um dos que, de uma forma ou outra, têm que ver com educação?

Maria Elisa Pessoa Jorge

(1) Nesta linha lembro, à guisa de exemplo, Cousinet e a sua proposta de trabalho por grupos, Ferreira e a Escola Activa e, mais proximamente de nós, Freinet e o Movimento da Escola Moderna. Não me alongo a relatar a tentativa deste último de **informalizar o formal** e remeto para as suas próprias palavras através da citação que acompanha estas breves considerações.



“NOVAS FORMAS DE APRENDER”

Sou destes entes — daqui a pouco raros... — anteriores à Televisão. Pensando na minha infância, acho que foi uma dádiva ter decorrido sem ser sob o signo desse potentado da imagem. A imagem criávamo-la nós — o meu irmão e eu — para ilustrar os episódios de uma história nunca acabada que o Pai nos contava aos serões, os três sentados num divan e com uma manta nos joelhos. A recordação já vai fugindo nos seus pormenores mas, pela manta, concluo que devia ser programa de Inverno... Foi graças a esses folhetins e através de complicadas aventuras, muito inspi-

radas, segundo creio, em livros de Júlio Verne, que aprendemos várias noções de geografia, de história e, em especial, de coragem, de solidariedade e de iniciativa. Antes dos “telenovelistas” brasileiros já o meu Pai inventara o “suspense” de um episódio para o outro...

Ao tentar imaginar o que o meu Pai-educador faria se dispusesse da TV naqueles serões, dá-me ideia que a fecharia frequentemente e nós continuaríamos a apreciar, e possivelmente a preferir, as aventuras em folhetins, debaixo da manta.



Mariano Picarra

... EDUCAÇÃO INFORMAL

O gosto — e ao mesmo tempo o respeito — pelos livros foi-nos comunicado a pouco e pouco, vendo a forma como o nosso Pai “saboreava” os livros que comprava, os ia colocando nas estantes, o cuidado com que os mandava encadernar, os aflagava com o gesto e o olhar...

O meu enorme desejo de “ler na cama, antes de adormecer”, como o meu Pai creio que espicaçou enormemente a minha vontade de aprender.

Quando atravessei a fase da “Condessa de Ségur”, o meu Pai releu esses livros e o entusiasmo com que os comentava comigo era tal que nunca me passou pela cabeça que não o fizesse por gosto e interesse próprios... O mesmo se deu com os livros de Júlio Verne quando o meu irmão os leu de ponta a ponta. Mais tarde o meu Pai confessaria que só não tivera coragem de ler, a par e passo connosco, os vários volumes das Aventuras de Tarzan...

Como o dinheiro não abundava — mas, principalmente porque o meu Pai era um apaixonado por Lisboa — os nossos Domingos eram muitas vezes preenchidos com grandes passeios a pé ou de eléctrico à descoberta da nossa cidade e dos seus monumentos. Um pouco mais tarde — ainda éramos bastante miúdos — chegaria a nossa vez de “ciceronar” parentes da Província vindos para conhecer Lisboa.

As idas aos Museus também constituíam programa para tempos livres. E — devo dizê-lo — ficou-me dessas visitas uma recordação um tanto fastidiosa: a “dose” deve ter sido um pouco exagerada... Mas ficou-me, igualmente, o gosto de contemplar, sem pressa, um belo quadro, um grande interesse por certas obras, por alguns artistas, talvez os preferidos de meu Pai e em que nós detínhamos mais tempo e sobre os quais mais conversávamos.

Lembro-me, ainda, das longas viagens de comboio para as férias grandes, no Correio de Lisboa à Pampilhosa, com paragem em todas as estações. E recordo o comentário acerca da paisagem, as notas sobre os monumentos, as referências históricas a propósito do que íamos vendo...



Mariano Picarra

Posterior ou simultaneamente fui estudando nos Colégios, tirei o curso dos liceus, empinei matéria, preparei exames, meti na cabeça montanhas de rios, linhas de comboio, datas, acontecimentos — coisas importantes de mistura com muita inutilidade, muito “verbo encher”...

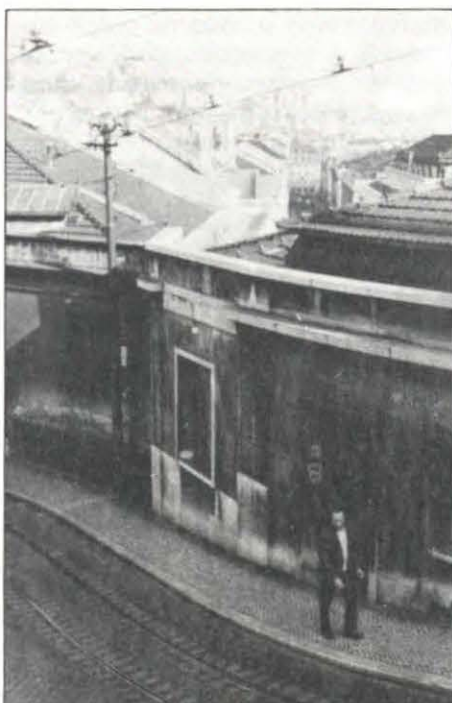
Hoje, quantas dessas múltiplas noções, conhecimentos, “sabedorias” ainda reterei? Quantas valerá a pena lembrar?...

Mas o gosto por descobrir belezas

escondidas de Lisboa e outras terras, o prazer em gozar um belo pôr-de-sol ou uma noite estrelada, o amor pelos livros e pela leitura — foram tesouros transmitidos no dia a dia pelo meu Pai e que me têm proporcionado momentos verdadeiramente agradáveis desta vida.

Educação formal versus educação informal... É a última, para mim, a grande vencedora!

Maria Elisa Pessoa Jorge



Mariano Picarra

Mariano Picarra

“...ANIMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL”

“OLHANDO PARA A VIDA, COMO SE APRENDE?”

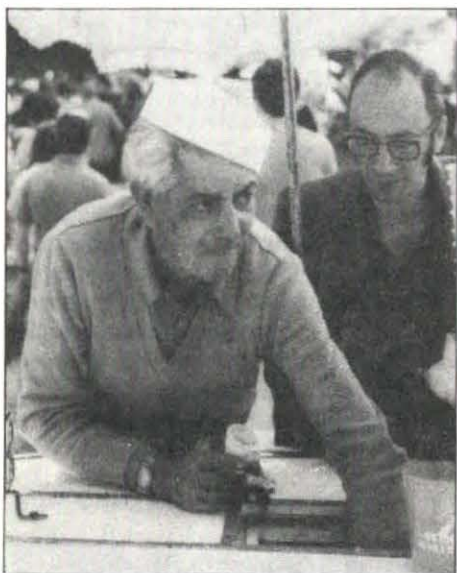


“...A mudança fundamental está na pedagogia que é primordialmente uma pedagogia de relações humanas, porque se trata, hoje em dia, de reensinar aos homens a estar em conjunto, a trabalhar em conjunto...”

(R. Toraylle)

“Os homens já não têm tempo de conhecer o que quer que seja. Compram as coisas já feitas, nos armazéns. Mas como não existem lojas de amigos, os homens já não têm amigos...”

(St. Exupéry)



Ao Domingo ia frequentemente com a minha Mãe à Praça que servia as Avenidas (então) Novas, onde morávamos. Aprendi dessa forma a conhecer os fornecedores habituais, a saber das suas saúdes, a partilhar a alegria quando lhes nascia um filho ou a tristeza quando morria alguém da sua família... As compras nunca eram feitas “a seco”, sem dois dedos de conversa, a não ser em dias de grande pressa ou muito mau tempo. Ia passando, assim, pela Senhora Rosa, a vendedora de hortaliça, pelo Senhor Manuel do lugar da fruta, pelo Senhor Manuel do talho, por vezes pelo lugar da criação ou pela praça do peixe... A conversa girava habitualmente à volta do preço dos produtos e respectiva razão, sobre qualquer acontecimento das duas famílias (a do fornecedor e a nossa), sobre o tempo, sobre ocorrências locais.

O meu favorito era o Senhor Manuel do talho. Era um gigante, enorme, gordo, com uns pés que deviam calçar pelo menos 50! Aquele homenzarrão, habituado a cortar e a esquartejar carne, tinha, como por contraste, um coração de pomba. Vi-o muitas vezes com a lágrima ao canto do olho, ao referir qualquer desgraça que tinha acontecido a um amigo ou a um concorrente...

A entrada da Praça, quando era cedo, encontravam-se as carroças de hortaliça ainda a tracção animal — verdadeiras obras de arte pelos efeitos tirados da arrumação e combinação de cores dos diversos

legumes: camada de cenouras sobre camada de nabos sobre camada de couve lombarda, etc. O tempo que aquilo devia levar a carregar!

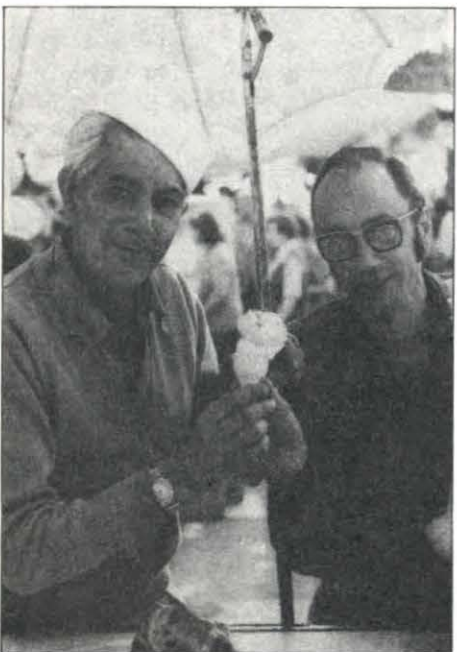
A minha experiência de abastecimento de géneros correspondia assim a um abastecimento de diálogo, de contacto humano, de conhecimento de outras gentes e outros viveres, de outras artes...

Este contacto para mim semanal era quase diário para a minha Mãe que conhecia mesmo os seus fornecedores e se orgulhava por não lhe impingirem os maus produtos. (Se alguém os levaria, não sei...)

O calor humano desencadeado era fomentado pela ausência de rede de frio: não tínhamos frigorífico nem arca o que exigia a aquisição quase diária dos géneros frescos!

Também recordo as idas à Baixa para comprar, por exemplo, tecido para um vestido. Havia todo um cerimonial: dar uma volta pelas lojas... cumprimentar os donos ou os empregados... procurar o mais bonito dentro do mais acessível...

Lembro, acima de tudo, durante a minha adolescência, as idas à Livraria Portugal, nas sextas-feiras, com o meu Pai. A maior parte das vezes não comprávamos nada mas o meu Pai informava-me das “novidades”, cavaqueávamos um pouco com o Senhor Andrade, da Livraria. Eu olhava os livros expostos, folheava alguns, às vezes acabava mesmo por vir com um ou outro debaixo do braço, antegozando o gosto de o “abrir”, de o começar a ler...





Mariano Picarra

Com a era do Supermercado, do "Pronto a Vestir" em que o self-service impera, quase terminaram estes ritos...

A higiene, a apresentação, a comodidade nas aquisições, "mataram" de certo modo a relação humana, a conversa acerca da mercadoria. Muitas vezes apenas se contacta com a "Caixa" e muito à pressa para não "encalhar" a longa fila... Por outro lado, sabe-se que olhos invisíveis nos espiam, em vez da vigilância franca e directa de cada fornecedor pela sua bancada... A presença humana é reduzida ao máximo nesta

outra forma de vender.

E como os horários de trabalho são mais reduzidos nem sequer os clientes são atendidos sempre pelas mesmas pessoas. Não há espaço para criar laços, para perguntar pela família, para saber se a grávida já teve o filho...

A época do "enlatado", do "pré-fabricado" corresponde à época do anónimo, do "pague e vá-se embora", do "escolha sozinho"...

De forma idêntica a máquina de lavar roupa substituiu a Senhora Rosa que todas as semanas desembocava em nossa casa com a trouxa

dos lençóis mais brancos que neve e sempre com farto reportório de notícias e histórias da sua Malveira. Também havia o ritual do "cafezinho para a Senhora Rosa" e nós, pequenos ainda, ficávamos a olhar as suas botas de atacadores e a saborear a sua palavra fácil e pitoresca, a sua inalterável boa disposição. Essa nossa lavadeira também servia de "correio" entre os fregueses que se conheciam uns aos outros.

Tenho saudades da Senhora Rosa e ainda não ganhei estima à máquina de lavar...

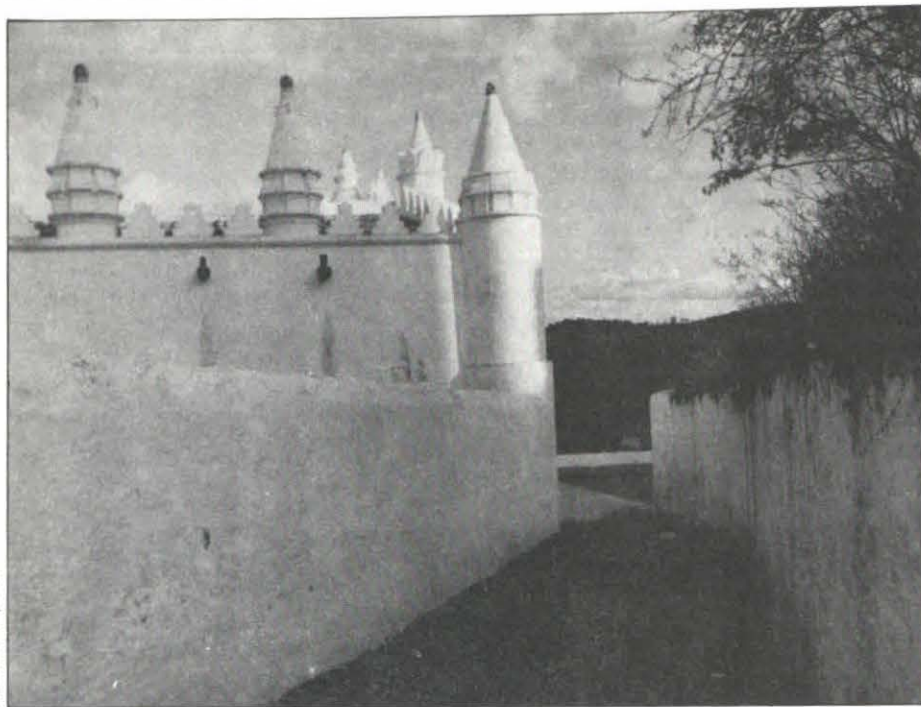
Não pretendo fixar-me em nostalgia do passado. A nossa Era tem, sem dúvida, os seus valores. Dá-me ideia, no entanto, que a dimensão humana das relações ainda não readquiriu algumas das potencialidades de outros tempos. A prova é que as actuais formas de viver fizeram surgir novas técnicas, novas disciplinas para desencadear comportamentos outrora mais espontâneos.

Se a animação sócio-cultural puder reatar nalguns círculos mesmo limitados o gosto pelo contacto, pelo diálogo, por o "querer saber uns dos outros" — ainda que com uma pontinha de bisbilhotice — louvada seja essa animação!

Maria Elisa Pessoa Jorge



Mariano Picarra



Mesquita de Mértola

Mértola. Lá para o sul do Alentejo. Banhada pelo Guadiana. Terra milenar, cuja fundação se atribui aos Fenícios. Branca e alcantilada. Por lá passaram, em tempos recuados, Povos e Civilizações doutras paragens. Os vestígios fazem-se notar com intensidade. No Castelo, no traçado das ruas, na arquitectura das casas, na Mesquita, no recente Campo Arqueológico. Passado histórico vasto, denotando uma riqueza à qual o Guadiana não pode ser alheio, pela importante via de comunicação que era.

Fomos a Mértola. Tentar conhecer o Passado e o Presente. Para tentar saber do seu Futuro.

MÉRTOLA

A CULTURA FLORESCE

Vila outrora próspera, o seu rio aprazível e fértil, seria a chave da sua riqueza. Hoje, com a "moderna" poluição, fruto de indústrias sem escrúpulos e cidades sem esgotos a montante, as águas estão pardas, o peixe moribundo e as cinquenta famílias de pescadores profissionais, a braços com o desemprego. Indústria, não existe e a sua população tem vindo a diminuir, face à falta de condições e perspectivas. Em 1960 era de 26.750 habitantes; em 70, 14.213; finalmente, em 1981, não ultrapassou os 12.500 habitantes. De crianças e de velhos. Porque os jovens, esses, emigram. Depois do 25 de Abril, alguns voltaram, esperançosos e felizes. Existiram algumas cooperativas, quatro, que viram diminuídas as suas potencialidades depois da aplicação da Lei da Reforma Agrária. Hoje, só uma subsiste, com enormes dificuldades pela perda das melhores terras. E dos seus 200 trabalhadores, só restam 60. O encerramento das Minas de S. Domingos é também uma das causas da pobreza desta região. E o fascismo deixou marcas que, depois do seu derrube, e já lá vão 8 anos, ainda hoje se fazem notar. E fazem com que muitas energias e riquezas sejam empregues na superação destas marcas. E por quanto mais tempo

ainda?!... A herança foi negra. Das 140 povoações, só a sede do Concelho estava electrificada. Estradas e caminhos, praticamente não existiam. Poucas escolas. Índices elevados de analfabetismo. A herança foi grande. E vá de iniciar a reconstrução e vá de dispendir verbas. E, apesar de tudo isto, grandes também foram os cortes de verbas nos orçamentos

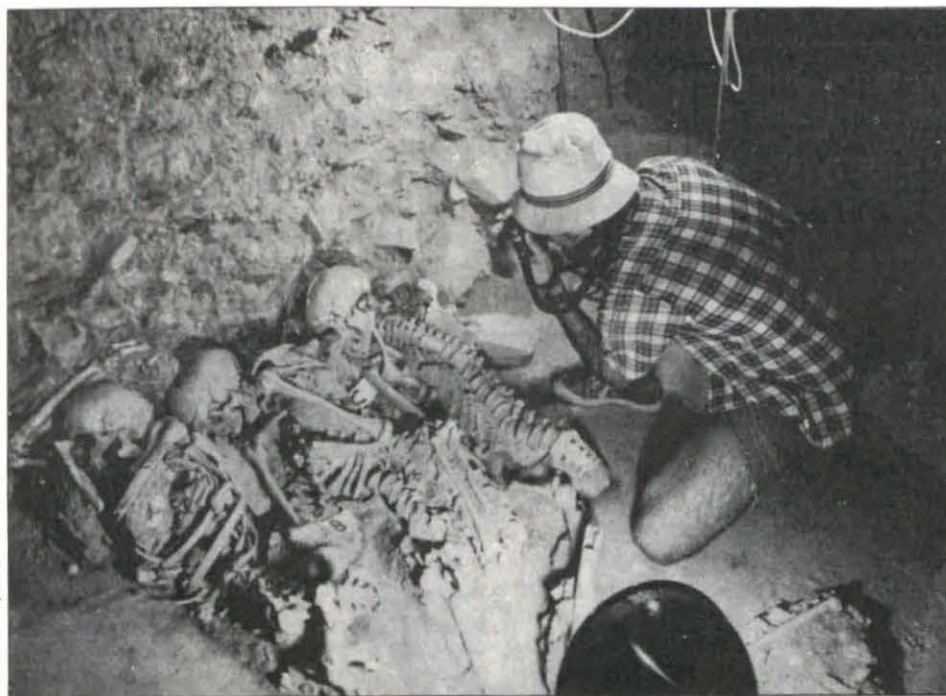
atribuídos pelo Poder Central à autarquia concelhia. Em 1980, 84.000 contos, em 1981, 140.000 contos, em 1982, 200.000 contos...

E será isto tudo, pensamos, no seu conjunto, que condicionou tudo o que se passa a nível cultural.

Vejamos!...

O isolamento desta zona não impediu, desde longa data, a forma-





ção de cerca de 20 Sociedades de cariz Republicano. Na vila e nas aldeias. Mesmo nas mais distantes. E há-as a 35 Km. da sede do Concelho. Sociedades de convívio e divertimento. Com a sua televisão, o bailarico no serão de Sábado, o torneio de futebol. Algumas, com uma biblioteca, de fracos recursos e consequente fraca utilização.

Depois, com o 25 de Abril e subsequente dinâmica popular, formaram-se mais cerca de 20 Sociedades, agora com outro nome, Centro Cultural, mas de recursos idênticos e actividade parecida. A Câmara Municipal tem apoiado substancialmente a formação destes centros, dando o material de construção civil necessário para a sua edificação. Existem ainda 3 grupos desportivos, 1 grupo de teatro e 1 grupo coral. Estes dois últimos têm tido uma fraca actividade. E isto, apesar do apoio regular da autarquia, em subsídios.

Surge também o Campo Arqueológico, há cerca de 4 anos. No início, foram as escavações nos terrenos contíguos ao Castelo. A descoberta de património arqueológico de importância. Depois, o trabalho entusiasta de muitos jovens estudantes, avançou e alargou-se. Tomou forma. E hoje, diz-nos o seu principal responsável, Cláudio Torres, assistente da Faculdade de Letras de Lisboa, "existe um projecto global de recuperação do valioso património de Mértola". Começaram pelo levantamento arquitectónico da Vila. Foram precisos contactos com a população. Entraram nas suas casas. Ouviram as suas preocupações e necessidades. Passaram depois ao Projecto de Recuperação de casas e edifícios e

expuseram-no numa exposição em Julho deste ano. A preocupação principal foi não ferir o conjunto arquitectónico da Vila, recuperá-lo e preservar a sua identidade. E, desse trabalho feito em ligação estreita com a Câmara Municipal, pode dizer-se que a degradação da parte velha da Vila parou, provocando ainda a sensibilização da população para a importância e necessidade de não a perder. Com efeito, a parte velha, aparece agora valorizada e já com os seus habitantes a recuperarem as suas casas segundo as perspectivas encontradas. Cláudio Torres falou-nos ainda do Projecto do Museu da Vila, composto por diversos tipos de equipamentos e etapas. A Casa-Museu, o circuito museológico composto por um percurso pelas ruas da

vila medieval, visita ao Castelo, Mesquita, Criptopórtico, etc. Enfim, não o museu-casa, não o museu-armazém, mas sim o museu-vida, o museu-gente, o museu-vila. Convirá adiantar ainda que todo este trabalho está a ser acompanhado e apoiado pela autarquia local e a Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, fruto de um acordo celebrado por estas duas entidades. É o próprio presidente da Câmara, Fernando Rosa que nos fala do "acordo existente entre este órgão autárquico e o A.R.C.O.*, consubstanciado no empenhamento desta escola em fazer chegar a Mértola produções cinematográficas. Estas, têm sido projectadas para a população e, embora a experiência seja positiva, há necessidade de alguns acertos, em matéria de programação". Fernando Rosa conta ainda do valioso trabalho desenvolvido de recolha de mantas típicas desta região, bem como o levantamento do número de teares artesanais ainda existentes. Existe também a perspectiva da criação de um atelier onde se fabricariam estas mantas em vias de desaparecimento, proporcionando assim a criação de alguns postos de trabalho. Anotamos a existência e funcionamento, em instalações da Câmara, de um curso de alfabetização para adultos.

Enfim, todas estas acções prosseguirão, com o apoio de um Animador Cultural da Câmara, agora já sem as dificuldades anquilozantes e retrógradas do Passado, bem marcadas nesta região. Bem presente ainda para estas Gentes.

Paulo Poiares

* Centro de Arte e Comunicação Visual



NA CÂMARA MUNICIPAL DO MONTIJO

Sr. Presidente, diga-nos...

Nas paredes dois "pastel" figurando mulheres alentejanas, flores um pouco, muita cor, bastante serenidade no gabinete do Sr. Presidente que nos diria, de resto, subir a cadeiras, se necessário o fosse, para endireitar o quadro que por desleixo se obliquaria na parede, a não ser que a mensagem estética transmitida implicasse esse posicionamento.

A orientação imprimida à gestão do Município é um pouco isso: pragmatismo e preocupação de eficiência que não eliminam, antes suportam, atitudes de inovação. O projecto do biogás a prová-lo: energia alternativa em simultâneo a sanar problemas do meio-ambiente, visão do futuro calculado sobre condicionantes presentes, outras prováveis, e outras coisas, também delas falaremos em síntese de seis horas de conversa fiada (entrevista não dirigida se quiserem), que teve momentos de emoção, lembramo-nos.

"A minha mãe opôs grande resistência à instalação de energia eléctrica em casa, o que me entristeceu", referia-nos o Sr. Presidente, a propósito dum outro facto que igualmente o entristece: populações e a maioria das vezes as mais carenciadas, não têm a noção do quanto lhes falta, sendo a Câmara a suplantam, nessas circunstâncias, a ausência de ambições, propondo equipamentos e fornecendo o mínimo de informação que permita a utilização ajustada dos bens comuns. No entanto, actuações deste tipo ficam-se por áreas de catálise, na medida em que a finalidade procurada é gerar grupos interlocutores emanados da população. O papel da autarquia é grandemente facilitado quando os munícipes se organizam e exigem e actuam, ou mesmo quando as populações se constituem em grupos de pressão. O poder local, no sentido específico do termo embora desprezado institucionalmente, é aqui considerado fundamental no seu relacionamento dialéctico com o poder autárquico. Evidentemente, que as organizações de base têm uma existência nada linear, ganhando actividade ou



"A minha mãe opôs grande resistência à instalação de energia eléctrica"

esmorecendo em função de vários factores, muitas vezes circunstanciais. O Sr. Presidente referia-nos a necessidade de objectivos concretos na existência das organizações populares, e sabemos da necessidade dum escalonamento desses objectivos em função do grau de concretização possível a curto prazo.

Este modo de fazer, preocupação resultante duma ideologia, leva o Presidente a sugerir a eleição duma Comissão de Ocupantes aquando da ocupação ilegal do agrupamento habitacional do Afonseiro, acompanhando essa comissão a audiências, (embora discordando da ocupação) com o organismo proprietário do bairro e outras entidades interessadas. O Sr. Presidente quedou-se na expectativa de que a Comissão de Ocupantes se muna de objectivos e estruturas que lhe permitirão iniciar um processo de reivindicação de habitação, de modo outro que o levado a cabo e que iria prejudicar famílias mais carenciadas ainda, a quem as casas tinham sido atribuídas.

No Plano de Actividades da Câmara, não são votos pios os desejos expressos de que se constituam cooperativas de habitação. É antes

um conhecimento da necessidade *"da construção massiva de habitação social, já que a carência do parque habitacional se estima em cerca de 5.000 fogos"*, e concerteza também a constatação da ausência de política habitacional por parte do governo.

A escuta das necessidades e anseios da população a que a autarquia do Montijo procede é genericamente comum às Câmaras de maioria APU, afirma-nos o Sr. Presidente, que acrescenta resultar da necessidade do conhecimento exacto das situações de carência para uma vez ponderadas as capacidades financeiras, traçar a hierarquia das prioridades e proceder ao plano de acção anual. O Plano de Actividades da Câmara é, por conseguinte, elaborado tendo em conta a opinião, não só da Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia, mas também das organizações populares em áreas tão diversas como sejam as Comissões e Associações de Moradores, Colectividades de índole cultural e desportiva ou qualquer outra (e mais há).

A gestão da Câmara, assente sobre o modo de fazer descrito, não

vai desembocar na tranquilidade total e numa completa eficiência. Por um lado a autonomia financeira da entidade atinge em certos casos a fronteira do simbólico. Por outro lado, o emaranhado de competências legais estabelece uma rede burocrática onde ninguém se move de maneira eficiente. Também, assumindo determinada ideologia política, neste caso referida à coligação APU, a actuação camarária não está de acordo, pelo menos nem sempre, com os sentimentos e interesses duma parte da população que, não sendo a maioria, existe e fortemente no campo económico.

Estruturas anquilosadas num país de estagnação acumulada em decénios, nós sabemo-lo e sabemos que vamos ouvir a descrição local da situação e ouvimo-lo por parte de quem luta para que assim não fosse. Não há habitação, nem esgotos, nem água, nem estrada, nem rede de transportes, nem nada disso em quantidade e em qualidade satisfatórias. É assim aqui; nos outros sítios também. Como noutros sítios, também aqui se vai fazendo a partir de uma lei das finanças locais só parcialmente aplicada, com empréstimos sobre os quais a banca de estado cobra juros sem ter em conta a sua finalidade. Nós sabemo-lo e sabemos que serão precisos tantos decénios para superar o subdesenvolvimento quantos foram utilizados para o manter. Por isso damos ênfase ao que julgamos ser sintomático no modo de fazer, e que nos parece ser a procura duma actuação conjunta com a população e a crítica aberta a situações inconvenientes, tentando colocar a tónica sempre no processo de



interrelacionamento das entidades interessadas (nunca em factores individuais, emotivos, termos de má relação de vizinhança, diríamos mesmo se política).

Fazemos algumas fotografias. Acácio Soeiro Dorez aproveita para ordenar minimamente a mesa de trabalho composta de elementos trapezoidais que desenhavam um funcional semi-hexaedro à sua volta. Do meio dos dossiers, ao acaso, extrai um ofício e mostra-o. Explica-nos que a gestão duma câmara também é isso, ou seja: a redacção e dactilografia correcta e agradável dos textos, o que significa que para além deles deve existir uma estrutura de serviços competentes, responsabilizante de hierarquias funcionais. No topo dessa estrutura a responsabilidade é, em último grau, da vereação e do seu presidente, onde a competência é exigível também. Nesse sentido, alguns partidos já têm cursos de pre-

paração para autarcas; mas à posteriori, com os indivíduos já eleitos. De modo a extrair o máximo de resultados dos conhecimentos adquiridos, seria necessário que essa preparação fosse anterior à eleição.

O Sr. Presidente, ainda falando de eficiência, referia-nos que na sua óptica — e aí a opinião do seu partido não é exactamente a mesma — a Câmara devia ser constituída somente pela formação partidária mais votada. Não sendo o caso do Montijo (e sublinhava-o fortemente), forças minoritárias na vereação constituem por vezes entraves às acções desenvolvidas ou mesmo boicote sistemático.

Esta eficiência na gestão está ligada, por outro lado, à duração do mandato que sendo de três anos, é por demais breve para levar a cabo determinado tipo de realizações que, na sua preocupação, ganhariam em ser concluídos pelo mesmo elenco camarário.

Então, porque não recandidatar-se?

É frustrante analisar em que tipo de problemas se gastam energias. E, depois, Acácio Soeiro Dorez diz-nos que é empolgante o trabalho que faz. Diz-nos que já não tem trinta anos, e vive intensamente o que diz, e sabemos que vive intensamente o que faz. Talvez por ser empolgante, renuncia a ser de novo Presidente da Câmara do Montijo.

Já noite, à saída dos Paços do Concelho um indivíduo acerca-se e pergunta pelo Sr. Acácio e explica que não tem trabalho e que esteve doente e que esteve no hospital e desenrola a ladaíinha da compaixão.

O Sr. Presidente indica-lhe os serviços competentes, não lhe fornece esperanças vãs e diz-lhe para não falar de doença, quando falar de trabalho.



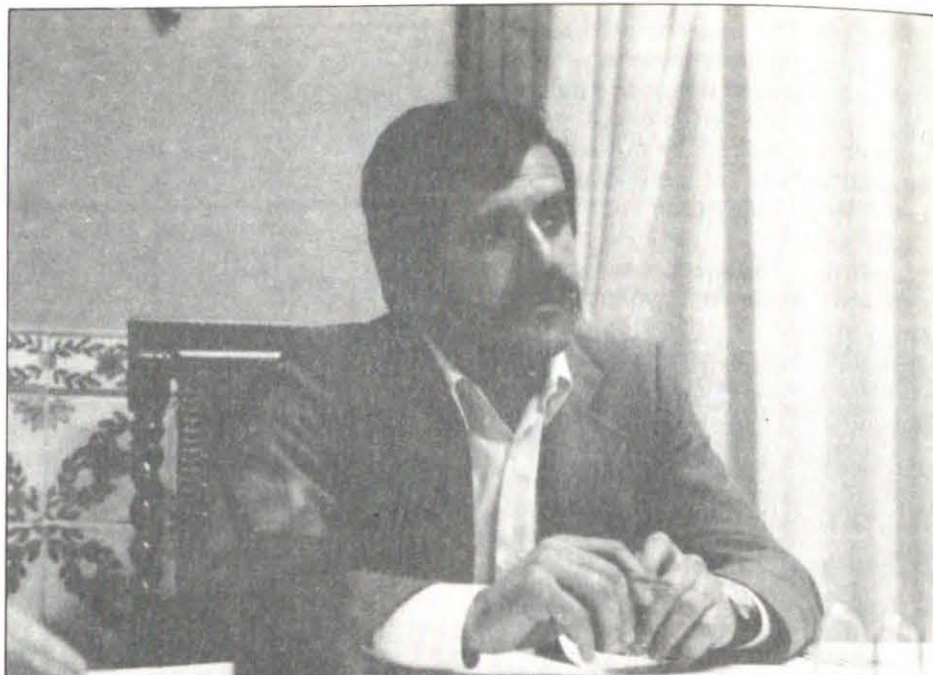
Sr. Vereador, A CULTURA?

O plano de animação cultural da Câmara do Montijo considera a cultura como elemento essencial à vida, cultura essa considerada nos seus agentes produtores, eles mesmos pertença do meio social consumidor da cultura produzida.

Começamos por colocar em termos nossos a impressão que retiramos da conversa com o vereador Rogério Silva Cordeiro, e anotamos desde já a insatisfação os resultados obtidos.

Está bem medir supesar resultados de acções culturais no mesmo momento em que se realizam... é sem dúvida aleatório. Em função do que nos pareceu ser o plano, colocamos a questão referente a um indicador possível e obtivemos a resposta de que durante os três anos de mandato da Câmara o número de colectividades de algum modo ligadas a esta área duplicou (de 20 para 40) pese embora que uma percentagem dessas colectividades esteja voltada para a prática desportiva. A este nível o fundamental é a acção conjunta de elementos populares que de qualquer modo concorrera para a não atomização da classe dirigida (por oposição à classe dirigente). A cultura como factor de vivência não se compadece de classificações estritas e assim o parecem entender as colectividades do Montijo que abarcam áreas de acção tendo em conta os interesses e capacidades dos elementos que as compõem num dado momento.

A Câmara não compete indicar quem deve fazer, o quê e em que momento. Limita-se quando solicitada a apoiar monetariamente e a dotar-se de estruturas para fornecer



amplo apoio logístico que vai da redacção dos estatutos, cedência de locais, apoio jurídico ao apoio de animação cultural e desportiva. Começou-se assim e depois, com efeito de bola de neve, as coisas tomaram amplitude e é necessário hoje dar outra dimensão às estruturas existentes. Neste momento é por demais notória a insuficiência dos serviços nesta área e faz-se sentir de modo permente a necessidade de se ver realizado o projecto da casa da cultura, basicamente lugar aberto a todas as colectividades que o desejarem. De facto uma banda musical não pode ensaiar na casa do vizinho do lado, nem uma exposição de maiores dimensões pode funcionar nas instalações de pequenas colectividades.

Nesse sentido, também de criação de estruturas de suporte às actividades desportivas, tem melhorado a

qualidade de vários equipamentos e projecta a realização dum complexo desportivo. No sentido de que todo o equipamento seja convenientemente utilizado tem impulsionado para que venha a ser criada uma união de colectividades que definisse a política desportiva a seguir.

Também da sua competência é o levantamento e conservação do património cultural e artístico existente, o que não é pequena tarefa. Enquadram-se nesta acção camarária a instalação do museu municipal e a criação da Biblioteca, enquadrando uma acção do dia a dia que passa por jogos florais, ciclos de cinema, a vinda à área do Montijo de grupos de teatro e agrupamentos musicais e a organização de diversas festividades ao longo do ano.

O Sr. Vereador Rogério da Silva Cordeiro aponta-nos, no entanto, uma área em que a Câmara não cumpriu minimamente o planeado: o ensino pré-escolar. As necessidades referentes à conservação e construção de novos edifícios para o ensino primário impediram o emprego de qualquer verba na área pré-citada.

Os esforços a nível do ensino centram-se assim sobre a idade escolar, e também sobre a alfabetização, com 17 cursos em funcionamento, fundamentalmente custeados pela Câmara.

Ao terminarmos esta conversa com Rogério Cordeiro ficamos com a sensação de que sendo importante as crianças rirem, é mais importante que riam juntas.

Maria Helena Vinagre
Porfírio Alves Pires





UMA HISTÓRIA EXEMPLAR

PERGULHO

Adelino Dias Cardoso

Existe um certo número de pequenas histórias que, em geral, desconhecemos e cuja divulgação poderia alterar, em certa medida, a imagem que de nós mesmos fazemos enquanto POVO com uma identidade própria. Com efeito, a nossa História também é feita de pequenas histórias, como a que de seguida, se relata.

Algures nos confins da Beira Baixa, a sul, com notórias influências alentejanas, tanto na paisagem física como na humana, fica situada uma aldeia muito agreste, uma dessas aldeias onde há a impressão que o tempo parou e nada parece acontecer: o Pergulho, no concelho de Proença-a-Nova.

Nos finais de Setembro passado, notava-se uma certa efervescência na aldeia. Motivo: a iminente suspensão da escola primária local pelo período de um ano a que, naturalmente outros se podiam seguir. A decisão fora tomada já no fim do ano lectivo anterior pelo professor Mendonça, delegado escolar de Proença-a-Nova. A justificação era simples e, em certa medida lógica: o número de alunos tinha vindo a decrescer de ano para ano e, para o ano lectivo de 1982/83, existiam apenas cinco crianças em idade escolar. A decisão foi mal aceite pela população e pela professora Rosa Maria, que nos últimos anos ali "dera escola" e estabelecera sólidas relações de amizade com as pessoas. Mas o tempo ia passando sem que ninguém fizesse nada.

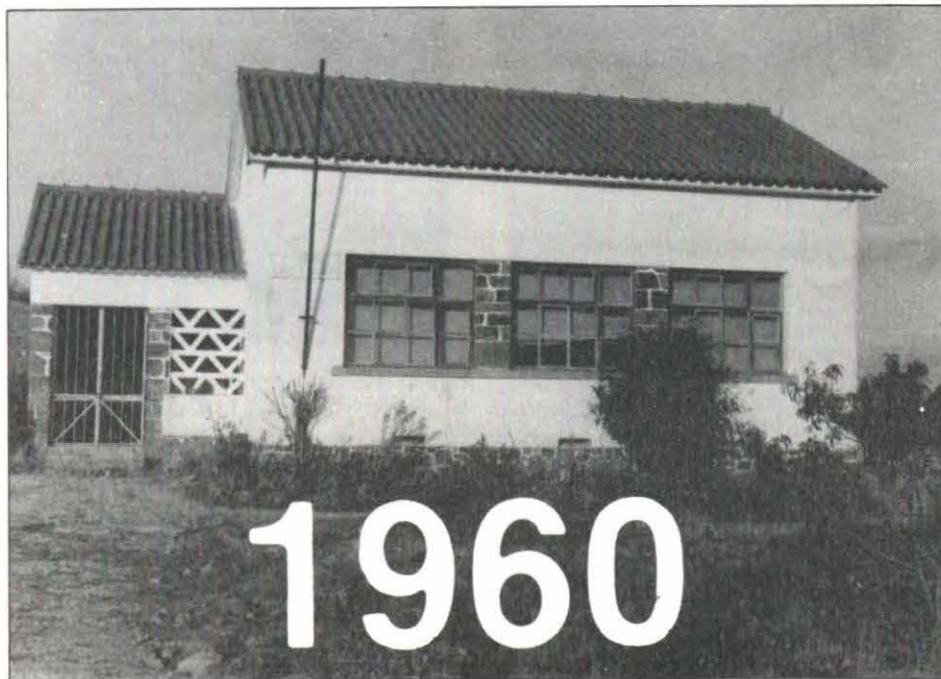
Até que nos últimos dias de Setembro, estava-se à beira do acontecimento: ou se fazia alguma coisa ou então a escola não funcionava. A situação era, em parte, agravada pela necessidade de proceder a obras de reparação no tecto da referida escola que, no caso de não funcionar, não seriam, com certeza, feitas.

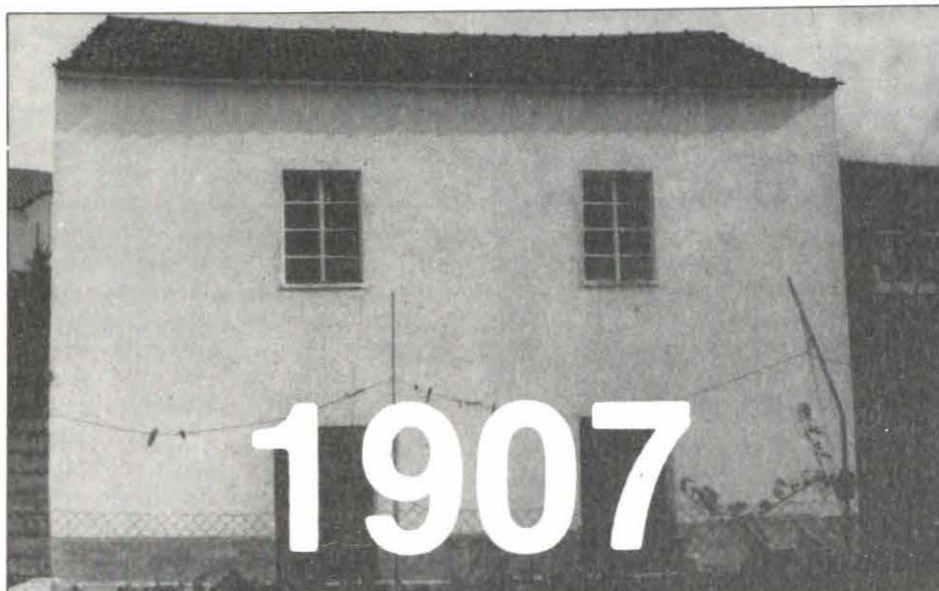
As mães dos alunos mobilizam-se, pressionam o delegado escolar, chegam a ameaçar com a "greve" e, principalmente, intimidam o taxista que se propunha negociar com o delegado escolar o transporte das crianças para a escola da aldeia mais próxima, o Vale d'Água, a 3 Kms.

Finalmente, a 4 de Outubro, quando entrevistámos o delegado escolar de Proença-a-Nova, recebemos a notícia em primeira mão: a escola de Pergulho iria funcionar e a professora Rosa Maria regressaria também. A decisão fora tomada pelo professor Mendonça, devida à impossibilidade de assegurar transporte aos alunos e dela dera já conhecimento ao Sub-Director Escolar de Castelo Branco, o qual dera o seu acordo.

O caso estava encerrado

Só que, palavra puxa palavra, e das conversas havidas foi possível apurar outros acontecimentos, passados





anteriormente, também em torno da escola.

De facto, soubemos que a primeira vez que no Pergulho existiu “escola” foi nos anos já distantes de 1907 a 1909. Então, uma professora do ensino oficial, solteira, “deixou-se enganar” e teve um filho. De acordo com a legislação em vigor na altura, foi expulsa do ensino oficial. Ora, para evitar a interrupção das aulas, o Sr. Catarino, um notável local, secundado pelas restantes pessoas da aldeia fez uma proposta que a professora aceitou: instalar-se-ia, com a criança, em sua casa, onde lhe seria dada comida e dormida e as pessoas com filhos em idade escolar pagariam uma certa quantia — quanto não nos soube dizer o Sr. António Morgado, que nos relatou o acontecimento e que com ela aprendera as primeiras letras — em troca das lições ministradas.

Essa experiência passou e caiu no esquecimento. Apenas duas ou três pessoas se recordavam ainda do sucedido, nesses últimos anos da monarquia.

Nas décadas de 30 e 40 a população ia crescendo a pouco e pouco e sentia a necessidade de uma escola onde os mais novos pudessem estudar.

Contactaram-se pessoas, fizeram-se diligências junto dos órgãos escolares e da administração pública — concelhios e distritais — mas sem resultado.

Em 1950 é criada uma escola no Vale d'Água e era aí que as crianças do Pergulho se teriam de deslocar, percorrendo os 3 Kms. que separam as duas aldeias.

Contrariados, os pais, mandavam os filhos à escola da aldeia vizinha. Até que, em Outubro de 1952 decidem a “greve”, termo que serviu para designar a recusa colectiva de

enviar os filhos à escola do Vale d'Água. Os pais das crianças em idade escolar foram obrigados ao pagamento de uma multa de 80 esc. por criança, com excepção dos residentes numa parte da aldeia, a Murteira, visto que, situando-se a uma distância superior à legalmente determinada, se encontravam isentos da obrigação de enviarem as crianças à escola. Depois de várias medições ordenadas pelas autoridades, estas não puderam fazer o impossível: ou seja, encurtar a distância realmente existente, e que, no caso da Murteira era superior a 3 Kms.

Durante dois anos — tanto durou a

“greve” — a aldeia resolveu o problema, confiando as aulas a uma aldeã que havia estudado e completado o 2º ano do liceu, pagando-lhe 300\$00 mensais, conseguidos através de subscrição a que aderiram todas as famílias com crianças em idade escolar: de salientar que a participação de cada família foi calculada tendo em conta os respectivos rendimentos, e como base a cõgrua recebida pelo padre da freguesia. Muito embora tal decisão tivesse sido contestada por algumas das famílias, logo que a aldeia, em reunião a que todas compareceram, se pronunciou favoravelmente a tal medida, ninguém desrespeitou a decisão colectiva. Todos, passaram, assim, a pagar, no final de cada mês, a quem fora encarregado de cobrar a participação de cada um, o montante estabelecido de acordo com o que a aldeia decidira. Para sede da escola foi escolhida uma casa, na altura desabitada e cujo proprietário aceitou cedê-la para o efeito.

Finalmente, já no ano lectivo de 1954/55, as autoridades, por fim, nomearam um regente escolar, que, não obstante, continuou a leccionar na casa onde funcionara a “escola da aldeia”. E só em 1960/61 os organismos competentes promoveram a construção de um novo edifício para aí a instalar, a tal, que agora ia sendo suspensa.

Uma história exemplar — ou não será?



Então, uma professora do ensino oficial, solteira, “deixou-se enganar”...

ANIMAÇÃO LOCAL E ALFABETIZAÇÃO NO PORTO

Num dos últimos fins-de-semana do passado mês de Setembro, cerca de trezentos homens, com mais de trinta e cinco anos e naturais da freguesia portuense da Sé, encontraram-se e conviveram, por iniciativa de moradores locais. Essa oportunidade única de os adultos habitantes da zona conversarem entre si e com os que entretanto haviam fixado residência noutros bairros da cidade foi conseguida mercê de um programa específico e de uma acção genérica que é necessário pôr em destaque. O programa do encontro consistiu em quatro actividades fundamentais: alguns jogos desportivos, uma romagem ao cemitério, com evocação dos a qualquer título **notáveis** da freguesia, uma missa celebrada por um padre morador (que não é pároco) e uma festa. A acção, que se vem desenvolvendo de há alguns anos para cá, tem sido dinamizada por um **Grupo de Apoio ao Bairro da Sé**.

Este Grupo foi constituído em 1979, por moradores. Compõem-no cerca de vinte pessoas, um quarto das quais mulheres. Um triplo objectivo as reúne: tentar conhecer a realidade da sua área de residência; reivindicar para ela condições de vida dignas e humanas; congregar, em projectos comuns e de incidência local, as suas forças sociais e políticas. O trabalho de animação repousa, assim, sobre duas exigências complementares: a dignificação do bairro; a consciencialização dos habitantes, sobre as suas condições materiais e morais de existência, sobre os seus direitos e a possibilidade de transformação da zona em que vivem. Percebe-se porque e de que modo o encontro de Setembro pôde contribuir para esse trabalho.

Os membros do **Grupo de Apoio ao Bairro da Sé** habitam e intervêm numa área que é, senão a mais, pelo menos uma das mais degradadas do Porto. A freguesia situa-se em pleno centro histórico da cidade; como todos estarão recordados, foi esta colina de Penaventosa o primeiro eixo de formação da antiga povoação de Portucale — a tal de onde veio o nome do País. Hoje em dia, contudo, ela evoca, aos olhos da opinião pública menos atenta, apenas duas imagens: a da prostituição e a do crime — embora o vendaval de



Miguel Horta

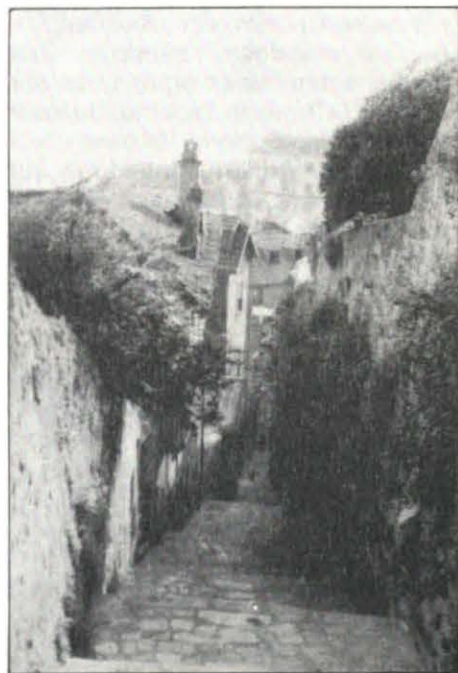
Dezembro de 1981 tenha avivado a ideia de que a Sé é sobretudo um agrupamento de bairros em risco permanente de catástrofe e sem quaisquer condições de habitabilidade.

O Grupo privilegiou a encosta ocidental do morro, área mais degradada. No último trimestre do ano passado procedeu, aí, a um levantamento demográfico e sócio-cultural exaustivo, rua a rua, casa a casa. Graças a esse inquérito, podemos agora traduzir, em termos quantitativos, o alcance dessa galopante degradação de todo um bairro.

3.417 pessoas vivem em 6.700 m² de território; 211 delas sozinhas, quase metade em agregados familiares com mais de quatro membros. Três quartos das casas habitadas estão degradadas e de entre elas um terço praticamente em ruínas. De um total apurado de 2.479 moradores, apenas 15% possui habilitações literárias superiores à instrução primária; 53% têm a 4ª classe, 11% frequência da escola primária e 22% são analfabetos. Um em cada dez habitantes está desempregado, um em cada dez reformados, mais de duas em cada dez mulheres são domésticas. Os restantes ou são operários, ou empregados de serviços, ou pequenos comerciantes, ou vivem de expedientes. Claro que não mora aqui nenhum médico, nenhum advogado, nenhum professor, nenhum arquitecto, nenhum administrador, nenhum quadro superior.

Ruelas estreitas, incrivelmente sujas, apinhadas de casas e de gentes, sujeitas às mafias organizadas da prostituição, do crime e do tráfico de droga — é neste cenário que o Grupo procura actuar.

O seu objectivo central é a restauração do bairro — quer dizer, a criação de condições de habitabilidade para a população que nele mora, que nele deve continuar a morar. O trabalho tem-se desenrolado em várias fases, num processo de desenvolvimento extremamente importante. Os animadores começaram por duas acções que se revelaram essenciais:



Miguel Horta

de um lado, conceberam a intervenção em termos muito concretos, principiando por atacar o problema do lixo; do outro, procuraram o acordo e a participação das várias forças



sociais e políticas, desde os órgãos administrativos aos partidos e das associações culturais e desportivas ao pároco local.

Foi possível, assim, formular e apresentar o "Projecto Sé". No respectivo manifesto, subscrito pelo Grupo e por todas aquelas forças, diz-se: "O Projecto Sé, antes do mais, é um projecto-moral. É uma consciência comunitária que diz e que pensa os seus problemas". Partindo da constatação de que "a única diferença em relação a outros bairros está no facto de todos os problemas

do Mundo se porem ao mesmo tempo num espaço muito reduzido, isto é, numa forma terrivelmente concentrada, com consequências a certos níveis explosivos", e postulando como meta final a restauração da área para os seus habitantes, os signatários propunham-se começar pelo problema mais visível, o da limpeza, e procurar activar o conhecimento e a organização dos moradores — de um lado, procedendo a um levantamento sistemático de toda a zona; do outro, fomentando, "em todos os núcleos da população da Sé, núcleos de consciencialização e acção".

Os animadores consideram que a fase actual do seu trabalho é de denúncia. Como explicaram em recente conferência de imprensa, depois dos momentos anteriores de constituição do Grupo, de formulação do Projecto e da busca de apoios sociais e administrativos, trata-se agora de denunciar a situação degradante de toda a zona — "na Sé, não se vive, subvive-se" — e de exigir a declaração do estado de calamidade pública, que permita a concentração de meios e vontades indispensáveis à restauração.

Aqui está a pedra de toque. O Grupo conseguiu até agora conceber dois projectos sectoriais e propô-los às entidades políticas respectivas: um de recolha do lixo, outro de vigilância (da polícia, mas também dos bombeiros). Qualquer deles foi bloqueado administrativamente, precisamente por aqueles — vereação camarária, comando policial, governo civil — que não **sabem** nem conseguem organizar sistemas eficazes de limpeza e de vigilância. Assim é que, por exemplo, se rebenotar um incêndio de certas proporções na área, os bombeiros não servirão para nada, visto que não estão apetrechados para actuar em zonas

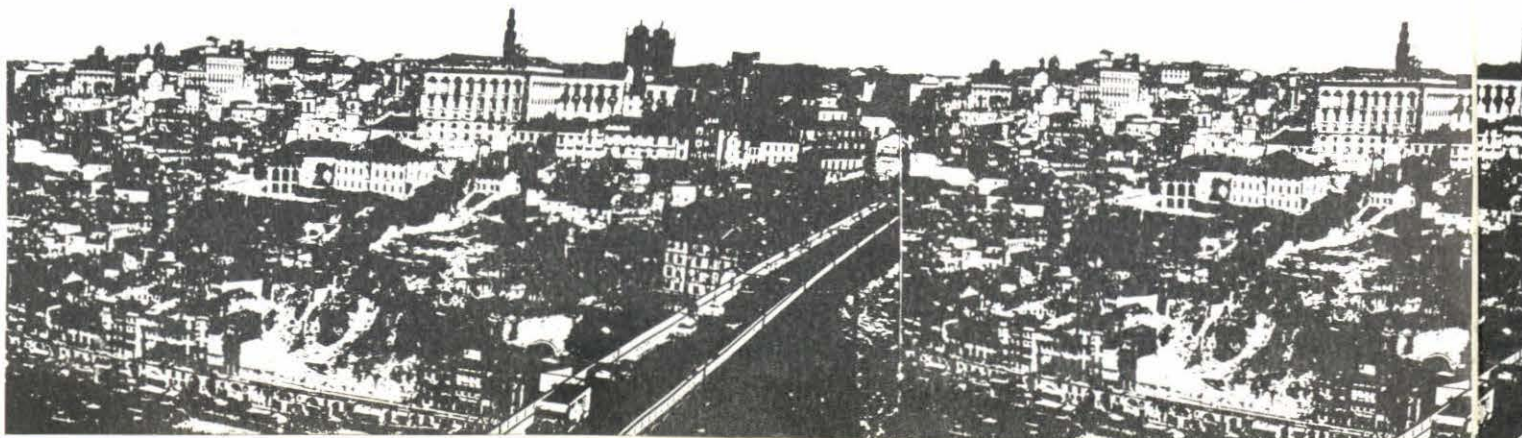
deste tipo e nem sequer conhecem a área atingida.

Percebe-se a capacidade organizativa e interventora do Grupo, a sua originalidade e a sua natureza eminentemente cívica e cultural. Ora bem: foi em ligação com ele que, em 1979, o CEEC, Centro de Estudos Educação e Cultura iniciou um trabalho de alfabetização. A grande novidade desse trabalho, perante a prática habitual do nosso País, é que a equipa de monitores inclui moradores da zona, eles próprios precedentemente alfabetizados. A sua importância é grande e clara a sua integração no projecto mais vasto: já que a equipa de animadores e as mais de trinta pessoas que este ano frequentam os cursos, este ano também pela primeira vez abrangendo toda a escolaridade básica, constituem eles próprios e são germes de constituição de outros "núcleos de consciencialização e acção" da gente da Sé. E a meta para que apontam é o processo de transformação, pela formação e animação contínuas, das mentalidades e dos modos de agir.

Seja-me permitido extrair alguma moralidade do relato desta experiência local, mostrando um pouco porque é ela tão significativa. Porque prova quatro coisas que para nós, animadores culturais, são centrais:

a) como se pode conseguir consensos sociais extremamente amplos, constituídos em volta de uma prática e de uma dinâmica que, sendo políticas no verdadeiro e lato sentido do termo, não o são porque se polarizam em torno da conquista ou do exercício do poder administrativo — antes buscam assentar e justificar-se nas questões diárias, concretas, comezinhas, mas vitais;

b) como se pode criar e/ou vitalizar órgãos de participação popular, que preencham espaços de acção deixados vazios, se situem entre



ANIMAÇÃO LOCAL ALFABETIZAÇÃO PORTO

entidades administrativas demasiado genéricas e grupos espontâneos demasiado lassos, mas que os saibam aproveitar, sem se marginalizar nem face às forças e estruturas organizadas e trans-locais nem perante os círculos de famílias, de vizinhos, de tabernas, círculos primários de sociabilidade; e grupos populares em que aos animadores caiba animar e não dirigir, caiba devolver em cada momento as decisões aos moradores;

c) como se pode resolver questões técnicas, e por aí, desmontando a velha ideia de que o saber-fazer é exclusivo de profissionais todo o terreno especializados em escolas superiores, mostrar que a intervenção sobre o bairro deve ser debatida e conduzida mesmo no plano técnico, **com** os seus próprios habitantes; e o certo é que, quanto à Sé, aqueles mesmos (Câmara Municipal, Governo Civil) que por razões políticas bloquearam os projectos locais, não **sabem** — quer dizer, também **tecnicamente** não sabem — como gastar os 200.000 contos atribuídos pela administração central para fazer face aos prejuízos do vendaval;

d) finalmente, e principalmente, como se pode conduzir uma acção cívica e cultural, como se pode animar, isto é, dotar de **alma**, de vida, uma comunidade. Essa "consciência comunitária" dizendo e pensando os seus problemas, que o Projecto Sé procura atingir é a mesma **conscientização** que os animadores buscam: é a proposta de uma mudança da mentalidade e da vida dos agentes sociais conduzida por esses próprios agentes.

Ora, fazer animação num bairro como este implica saber compreender traços e situações que escapam a esquemas conceptuais demasiado pobres porque demasiado ortodoxos e que só podem ser sequer percep-



Miguel Horta

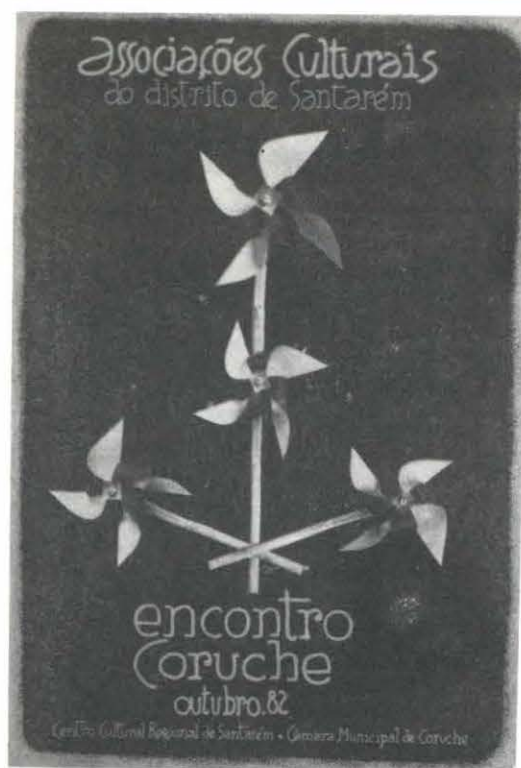
cionados numa perspectiva latamente cultural. Implica saber perceber e aceitar essa comunidade de interconhecimento e solidariedade **selvagem**, autêntica aldeia dentro da cidade, que tem gente a mais e habitabilidade a menos, e cujo maior problema é o da falta de espaço, de todas as dimensões do espaço — físico, afectivo, moral. Perceber e aceitar que um bairro dominado por circuitos de prostituição, marginalidade e tráfico de droga e no qual, evidentemente, variada gente consome e vende droga, rouba, pratica ou favorece a prostituição — encerra uma população extremamente viva e rica, tão **culta** e tão **moral** como qualquer outra, e que é capaz de se organizar, quer para participar nas campanhas de limpeza, quer nas de levantamento sócio-demográfico, quer nas de alfabetização. Implica perceber e aceitar estas coisas, aparentemente tão complicadas: continuar a viver o sr. A., que

ganhou o totobola, numa casa degradada, sem água; viverem as crianças, que não têm lugar em casa, nas ruas, mexendo no lixo, atirando pedras, imaginando vários jogos, por vezes roubando; encherem as tascas os homens, que não podem ir para casa depois do trabalho; manterem entre si os moradores relações tanto de solidariedade, tanto de rivalidade e rixa; e, num fim-de-semana de Setembro, centenas de pessoas se reunirem, para ouvirem uma missa, visitarem um cemitério, verem os jogos, ou ouvirem-se uns aos outros, discutir, sorrir.

Agradeço ao Pe. Leonel, membro do Grupo de Apoio do Bairro da Sé, à Mena, monitora da equipa de alfabetização e à Conceição, da delegação do Porto da **Intervenção**, a ajuda que me deram, na elaboração deste relato.

Augusto Santos Silva
Porto, Outubro-Novembro 1982





CORUCHE 1982

ENCONTRO DE ASSOCIAÇÕES E ANIMADORES CULTURAIS

Dia 22 de Outubro de 1982.

Em Coruche, no Centro de Cultura Popular, tudo estava pronto. Era, finalmente, o culminar de uma etapa: a realização do 1º Encontro de Associações e Animadores Culturais do Distrito de Santarém.

Mas tudo começara muito antes...

Nestas coisas talvez seja difícil situar cronologicamente o momento em que surgiu a ideia, depois concretizada neste Encontro. Por isso, tudo talvez tenha nascido com a "...iniciativa e capacidade das pessoas em se associarem para produzir 'acontecimentos' com dimen-

são cultural..." como se lê na última circular enviada pelo *Centro Cultural Regional de Santarém*.

É que foi ao Centro que coube a iniciativa, a dinamização e a organização do Encontro, com a inestimável ajuda de muita gente e o apoio muito especial, eficaz, exemplar, da Câmara Municipal de Coruche.

Em todo o caso, importa acentuar que o Encontro foi sendo construído cuidadosa, lentamente, sem pressas, ao longo de quase dois anos. Trabalho, iniciativas, foram-lhe dando corpo, forma, conteúdo: o Encontro de Sensibilização à Animação Sócio cultural (Tomar, Outubro de 1981); reuniões de reflexão no Centro Cultural; a publicação do

"Café com Letras", boletim do Centro; o trabalho, moroso, da elaboração e envio de circulars, ofícios, informação; as reuniões com técnicos, com elementos do GAMIA; os pedidos de subsídio e apoio variado; foram as Jornadas sobre o tema, realizadas em Abrantes, Tomar, Santarém, Coruche e Chamusca (29 de Maio de 82), continuadas no Cartaxo no dia seguinte. Depois, quase em cima do acontecimento, a Mesa Redonda, subordinada ao tema "O Associativismo hoje em Portugal" (15 de Outubro de 1982).

Disto, e de muito mais, — no fundo o mais importante não terão sido as iniciativas, outras, no contacto pessoal, porta a porta? — resultou o ENCONTRO: escolheram-se os temas, definiu-se o programa; organizou-se o processo; deu-se corpo ao edifício.

As 18 horas do dia 22 de Outubro de 1982 tudo estava, portanto, pronto a funcionar. A Câmara Municipal de Coruche pusera à disposição as suas instalações, permitiu o alojamento dos participantes, organizou as refeições — de excelente qualidade — fez-nos sentir em casa.

O Centro de Cultura Popular, transformado em espaço de ENCONTRO, estava "ocupado": no rés-do-chão, os serviços de recepção; o centro de documentação. No primeiro andar, a "sala das sessões", com pouco espaço para "passos perdidos".

Nas paredes, as associações, colectividades, grupos, montavam





uma exposição, afixavam o respectivo material: pouco atraente, a exposição, pouco animada.

No programa, e nesse dia, constava, à noite, a sessão solene de abertura. Os discursos da "praxe". Sua Ex^a. (o director-geral da Acção Cultural) leccionou sobre a estrutura do Ministério que, pelos vistos, é eficiente e rápido na resposta aos pedidos que lhe possam ser feitos. Pouco digna de nota a sessão: aliás, as sessões solenes, necessárias às vezes, enquanto actos formais e protocolares, aí se esgotam e justificam.

Deste primeiro dia ficou o convívio; o primeiro encontro entre os animadores participantes; o início de uma aproximação, necessária e urgente; falou-se, galhofou-se, ouviu-se (pena foi que a estrutura do Encontro não tivesse englobado melhores espaços de convívio).

Sábado, dia 23 de Outubro

O dia começou cedo. Até ao meio da manhã, enquanto, ali ao lado, se improvisava um espaço dedicado à consultadoria jurídica, o Centro de

Documentação funcionava a todo o vapor.

Ao meio-dia, mais coisa menos coisa, houve Plenário. Era altura de apresentar o primeiro Tema. E foi sobre ele, "PLANEAMENTO", que se começou a trabalhar.

Após uma exposição (ao cuidado de Teresa Sá) sobre o que seja o "Planeamento integrado", com o auxílio de um texto de apoio onde se procuravam apresentar noções e exemplos do dito, os participantes dividiram-se em grupos. Nestes procurou-se exercitar, manejar, os dados adquiridos, aplicando-os a casos concretos.

Depois de um lauto banquete — as barrigas davam horas! — prosseguiu-se o trabalho. No fim, cada grupo apresentou, de viva voz, o resultado do exercício. E... ele resultara; não tanto como, talvez, esperasse a comissão técnica, mas porque ele levantou aos animadores questões, serviu para inventariar problemas, servira, em suma, para sensibilizar as pessoas para um tema que, mais que isso, é, de facto, um importante instrumento ao serviço

PARTICIPANTES

TAC — Teatro de Amadores Combate do Cartaxo
2070 Cartaxo

Centro Recreativo e Cultural de S. Gens
S. Gens, 2490 Vila Nova de Ourém

Oficina da Criança
2000 Santarém

Coro Canto Firme
2350 Torres Novas

Orfeão de Abrantes
R. Capitão Correia Lacerda 1, 2200 Abrantes

Sociedade Filarmónica União Samorense
Samora Correia

Círculo Cultural Scalabitano
2000 Santarém

Grujuca
Samora Correia

Veto — Teatro Oficina
2000 Santarém

TAVS — Teatro de Amadores do Vale de Santarém 2000 Santarém

Grupo de Teatro de Amadores do Vale de Santarém
Vale de Santarém, 2000 Santarém

Grupo de Teatro Fatias de Cá
Apartado 140, Tomar

Rancho Folclórico da Casa do Povo de Torres Novas
R. do Salvador, Palácio Mogo, 2350 Torres Novas

Sociedade Filarmónica Gualdim Pais
R. dos Voluntários da República, 2300 Tomar

Associação Recreativa Bernardense
Casal dos Bernardos, Vila Nova de Ourém

Centro de Cultura do Concelho do Cartaxo
Quinta das Pratas, 2070 Cartaxo

Centro Cultural e Recreativo Amendoeirense
Casais da Amendoeira, Pontével, 2070 Cartaxo

Associação de Defesa do Património Histórico-Cultural do Concelho de Almeirim
Junta de Freguesia de Almeirim, 2080 Almeirim

Associação Livre dos Trabalhadores da Barrosa
Barrosa, 2130 Benavente

Associação Popular de Alcanhões
R. Paulino Cunha da Silva 281, Alcanhões, 2000 Santarém

Sport Faria & Boleiros
Boleiros, 2495 Fátima

Sociedade Cultural e Recreativa Vale Calvo — Beselga 2300 Tomar

Sociedade Filarmónica Alpiarçense 1º de Dezembro
R. Guerra Junqueiro 10, 2090 Alpiarça

Rancho Folclórico Típico Saia Rodada
Brº. de Sta. Cruz, 4-1º esq., 2130 Benavente

ARSTA — Associação Regional de Santarém do Teatro de Amadores
Apartado 221, 2000 Santarém

ACEP — Associação de Cultura e Educação Permanente
Largo João de Deus, nº 7-2º, 2140 Chamusca

Biblioteca Fixa Nº 2 da Fundação Calouste Gulbenkian
R. Elias Garcia, nº 12-A, Samora Correia, 2130 Benavente

Sócios Individuais
António José Delgado Colaço
Artur José Simões Martins
Carlos Augusto Gaspar
Carlos Manuel Antunes Lopes
Fernando Manuel Esteves Faria Proa
Fernando Manuel Galrito Domingos
Jaime Manuel Duarte Soares Cunha
Manuel Jorge Godinho
Vitor Hugo Faria
Orlando Oliveira Rodrigues
João Filipe Ricardo
Eulália Delgado Teigas Marques
Manuel Barata

Fonte: dados fornecidos pela organização

da acção cultural e que é preciso ir dominando.

Já o dia ia adiantado quando se iniciou o tratamento do 2º Tema: **POLÍTICA CULTURAL**. Desta feita, coube ao Orlando Garcia a introdução do assunto: o que é isso da política cultural; que política tem ou não tem o associativismo; deve tê-la, não deve tê-la?

De novo se dividiram os participantes em grupos. Agora, analisando o problema proposto de uma dada perspectiva: que política cultural a do Estado, a dos órgãos de poder local; a dos organismos autónomos de coordenação cultural; a das associações, grupos locais; a das instituições privadas de natureza cultural.

A discussão foi grande. Muito se falou da necessidade de criar alternativas na produção e serviços culturais, do papel indispensável dos Centros Culturais e das Associações neste processo, sem os quais ou contra os quais não há política cultural que nos valha.

E, porque a discussão não acabara, decidiu-se continuar no dia seguinte. É que era tempo de convívio. Depois do jantar, estava programado um espaço de música. Foi tempo de ouvir o GUIRD, grupo de jazz, que até às tantas tocou e encantou.

Domingo, dia 24 de Outubro

Na manhã seguinte, terminado que foi o tratamento do 2º tema, foi a vez do Pacote de Oliveira apresentar o último: **a comunicação e a informação**: suas relações, importância fundamental na sociedade de hoje.

Comunicação/Informação que estiveram presentes; que o ENCONTRO produziu: O "ENCONTRÃO", "matutino de grande informação" ou "vespertino de circulação condicionada", meio/instrumento de análise crítica, chamada de atenção para o que ia acontecendo.

Foi o ENCONTRO DE CORUCHE. Não houve moções, houve propostas; não houve decisões, houve reflexão; não houve certezas, houve interrogações.

Foi um espaço de "encontrão". "Encontrão" que é preciso não perder a força; que é um desafio: para o Centro Cultural Regional de Santarém, para as autarquias, para o poder central; sobretudo para as associações e animadores.

"Encontrão" que se tem de propagar, sectorialmente, localmente, como aliás foi proposto.

Nem tudo terão sido rosas, não senhor! Mas, e passe o lugar comum, os espinhos também acabam por ter as suas vantagens: para a próxima,



pelo menos, poderão ser evitados ou de outra qualidade

**Mário Ribeiro
José Ferreira**

NOTA:

A documentação produzida para e durante o Encontro pode ser solicitada directamente ao Centro Cultural Regional de Santarém, Rua Maestro Luís da Silveira, 4 — 2000 Santarém.



O Encontro já lá ia, ou, como alguém disse, começou agora. O que aconteceu (o que está a acontecer!) vai ser motivo de conversa entre todos os que acreditam que "a cultura é importante". Foi quase assim que as coisas começaram. Numa noite, ainda em Coruche, entre a INTERVENÇÃO e três pessoas muito "metidas" na organização e desenrolar do ENCONTRO DE ASSOCIAÇÕES E ANIMADORES DO DISTRITO DE SANTARÉM — Alberto Serra, elemento do Centro Cultural Regional de Santarém; Manuel Brandão, animador cultural da Câmara Municipal de Coruche; José Paquete de Oliveira, professor universitário e membro da equipa técnica do Encontro.

CONVERSA EM CORUCHE

INTERVENÇÃO (I) — O Encontro correspondeu àquilo que cada um de vocês esperava ou... foi outra coisa?

ALBERTO SERRA (A.S.) — Sempre houve três grandes objectivos para este Encontro.

Primeiro, o estreitamento das relações culturais da região — associações e colectividades e o Centro Cultural — e o intercâmbio entre os vários agentes culturais. Este objectivo foi atingido porque foi possível juntar as pessoas do distrito que fazem as mais diversas coisas no campo da acção cultural. Só por isso valeu a pena.

Segundo, o apetrechamento do ponto de vista informativo; objectivo este também cumprido. Existiu um espaço mais prático em que as pessoas sentiram utilidade. A massa de informação que foi fornecida, tanto no que diz respeito às coisas vivas, nomeadamente no Centro de Documentação, e a informação prestada serviram, apesar do espaço exíguo, para se ter uma imagem global do tipo de coisas que neste país existem e o género de apoios possíveis que podem ser reivindicados.

Finalmente, no que respeita ao terceiro objectivo — a parte formativa — as comunicações e as várias intervenções nos três temas, ficou-se um pouco aquém do pretendido. Na minha opinião, isso sucedeu por falta de tempo. Três dias é pouco para "repousar" sobre os assuntos tratados; isto foi também novidade para nós e para a própria equipa técnica.

Apesar das Jornadas, nas quais se consultaram as pessoas e se determinaram os temas do Encontro, faltou tempo. Daí que tenha acabado por existir uma grande quantidade de informação que muitas das pessoas estão pouco habituadas a digerir; sobretudo quando se tratou do Planeamento, ficaram um pouco esma-



gadas, porque isso não foi traduzido em termos práticos.

Em Encontros futuros tem de se arranjar uma outra forma de "agarrar" as pessoas; por exemplo, através de coisas concretas das colectividades;... como é que se planeia;... dar-lhes a possibilidade de mostrarem isso de viva voz com exercícios práticos e partir daí para considerações mais genéricas dos vários temas, dando então um enquadramento teórico.

MANUEL BRANDÃO (M.B.) — Bom... para além daquilo que o Alberto já referiu, para além das coisas positivas e negativas, acho que o Encontro teve a grande vantagem de comprometer as Associações consigo próprias, quer enquanto colectivo ao longo de todo o Encontro, quer individualmente através das pessoas que as representavam e que aqui estiveram presentes.

VALE A PENA JUNTAR AS PESSOAS

Penso que uma das insuficiências das Associações é, muitas vezes, não procederem à auto-análise e ao seu posicionamento na sociedade e relativamente aos objectivos e aos meios com que querem lá chegar. Fica-se no mais fácil que é a reivindicação pura, sem fazerem a descoberta das potencialidades que elas próprias têm.

Só por isso, também, vale a pena juntar as pessoas num Encontro como este.

Outra grande vantagem foi levar as Associações a pensarem no seu posicionamento e possibilidade de diálogo com os órgãos de poder, com outros comparsas destas andanças das coisas da cultura e com os órgãos regionais vocacionados para o desenvolvimento sócio-cultural.

Talvez estivessem estado aqui as

peças e as Associações mais conscientes do meio em que se inserem, mas não é nada de mais dizer que as Associações estão totalmente isoladas em relação às outras Associações e às vias de apoio que possam existir, embora estas sejam poucas neste país, como sabemos.



É IMPORTANTE CHAMAR A ATENÇÃO PARA COISAS NOVAS

Outro aspecto positivo foi chamar a atenção das Associações para coisas novas como é o Planeamento, a Informação. Eu discordo, quando se diz que o Encontro não resultou do ponto de vista formativo. O Encontro não estava vocacionado para formar ninguém! O Encontro estava pensado para despertar a atenção das pessoas para determinados aspectos que são essenciais ao trabalho cultural, neste momento e neste distrito. As Associações partiram para este Encontro e pensaram que iam ser formadas. Ora não é isso. Dou o exemplo do "Mãos Dadas": ele não vai formar actores de teatro; vai é dar meia-dúzia de conhecimentos às pessoas mais despertas, para que estas depois os transmitam às Associações onde estão a trabalhar para que possam dar os saltos qualitativos que são precisos dar. Mas o que acontece geralmente é que as coisas não funcionam assim. Devia haver maior acompanhamento, no terreno, das iniciativas mais globais que são tomadas...

AS AUTARQUIAS FORAM DESPERTADAS

Só outra coisa que considero positiva: o Encontro despertou as autarquias, as poucas que estiveram representadas, para os problemas que as Associações têm e sentem e, no meu caso pessoal, como animador da Câmara de Coruche, este Encontro abriu-me novas perspectivas de diálogo com as Associações.

Pena foi que não se tivesse conseguido maior sensibilização.

JOSÉ PAQUETE DE OLIVEIRA (P.O.) — O que eu vou dizer exprime a minha posição pessoal, uma vez que a equipa técnica ainda não fez uma avaliação deste Encontro, nem do êxito ou inêxito do seu trabalho.

Em relação ao Encontro, a minha primeira reacção é positiva, porque, como o Alberto e o Manuel Brandão já salientaram, há sempre um saldo positivo em incentivos, nem que seja pelo ponto de encontro — e a palavra "encontro" tem aqui uma força muito grande! — quer das pessoas quer das colectividades, quer dos agentes culturais, que estão envolvidos no mesmo processo e empenhados na mesma causa e que, muitas vezes, trabalham ao longo do ano e quotidianamente, muito dispersas. Quando se encontram ganham novo alento, trocam experiências e, sobretudo, comunicam, o que lhes dá forças para prosseguir o trabalho.

FORMAÇÃO / SENSIBILIZAÇÃO

Quanto à questão posta, isto é, se o Encontro correspondeu àquilo que dele esperávamos, penso que, em relação à equipa técnica e sublinhando a minha opinião pessoal, o Encontro correspondeu e não correspondeu.

Penso que, talvez tenha existido um equívoco, até da minha parte, quando projectámos e aderimos a este projecto: projectámos o Encontro incidindo sobretudo numa acção formativa. Se apontarmos o decorrer o principalmente o seu final só nesta perspectiva, entendo que há que indicar alguns aspectos negativos e há que pôr em causa o próprio modelo do Encontro. Se era uma acção puramente formativa, poderá ter sido um certo erro pretendermos tratar os três temas: Planeamento, Informação e Política Cultural num espaço tão curto. É que, ou se previa que os participantes no Encontro seriam pessoas já num determinado estágio de aprendizagem do seu modo de estar, de fazer, de se inserir nestes aspectos da dinamização cultural, ou se pretendia apenas uma acção de sensibilização: quer num caso quer noutro, houve uma grande sobrecarga, tendo em conta o espaço, o tempo e as características dos participantes no que se refere àquele estágio. Só, no entanto, uma avaliação de conjunto, efectuada pelos três membros da comissão técnica, poderá proceder a uma análise

mais profunda e ver se a falha vem de pensarmos que era possível desenvolver estes três temas num tão curto espaço de tempo, ou se a intenção era sobretudo de sensibilizar para os temas a serem tratados posteriormente noutros encontros, com modos de trabalhar diferentes.

É URGENTE O ENCONTRO

Um dos aspectos positivos do Encontro foi ver a ânsia que as pessoas tinham de se encontrarem. Foi uma das coisas que mais me sensibilizou e que me levou também a interrogar-me, pondo-me em crise ao constatar que a equipa técnica tinha, involuntariamente, concedido no programa muito pouco espaço para concretizar e desenvolver esse encontro e esse relacionamento.

Aliás, o Alberto salientou três pontos: o estreitamento de relações, o apetrechamento informativo e a parte formativa e, ele próprio, estava dentro dos objectivos deste Encontro. Ora penso que nós, equipa técnica, ao seleccionarmos estas três etapas, talvez por erro de formação profissional, nos preocupámos demasiadamente com a terceira, ou seja, a parte formativa. Foi uma falha: em acções deste género há que atender e contar mais com as outras duas.

Mas creio que as próprias deficiências constatadas no Encontro acabaram por ser positivas. Quanto a mim, elas surgiram por pressão da base, de quem estava a fazer o Encontro. A partir de certa altura, a própria equipa técnica teve que começar a fazer concessões no seu planeamento, programa de trabalho, dossiers, ideias teóricas (tudo no bom sentido) e deixou-se envolver pela pressão que vinha dos participantes.

M.B. — Quero só dizer uma coisa antes de continuarmos. Discordo, quando se diz que o Encontro não resultou do ponto de vista formativo.

O ENCONTRO FOI FORMATIVO

Acho que, quando se consegue nem que seja só pôr uma pessoa a pensar que é necessário planejar ou estabelecer circuitos de contra-informação ou a discutir as coisas da política cultural; quando se consegue pôr uma pessoa a pensar nisto quando até ali ela não pensava, já se está a formar, já se está a formar uma colectividade, ainda que as pessoas tenham saído sem saber como planejar. Se a

Associação estiver preocupada com as coisas do planeamento, ou da contra-informação, deu-se um grande salto do ponto de vista da formação das pessoas e da colectividade. Talvez haja um erro de base, quer da parte dos participantes do Encontro quer da Organização, nomeadamente da equipa técnica: por um lado, as Associações aceitam o paternalismo de meia dúzia de personalidades (que até sabem do assunto) e que vêm para ali na esperança de trazerem "a mezinha milagrosa" que lhes vai permitir, daí por diante, resolver os problemas todos. Quer dizer: vamos para o Encontro que eles dão a receita, a malta vai para casa e resolve as questões; por outro lado, talvez possa ter havido a pretensão, por parte da Organização do Encontro — e acho que não houve — de ter, como resultado final, agentes culturais devidamente formados para desenvolver um trabalho de determinados moldes. À partida, o grande objectivo não era esse e continua a não ser depois do Encontro. O objectivo era sensibilizar, dar-lhes alguns conhecimentos teóricos, que eles levariam para a colectividade e que, depois, desenvolveriam e formariam.

É PRECISO NÃO SE FICAR POR AQUI

Se não for assim, e as pessoas não se habituarem a participar nas coisas, podemos fazer milhões de encontros que continuaremos a não dar saltos. E se essa preocupação

tem de ser das Associações, o Centro Cultural Regional de Santarém não se pode deixar adormecer em cima do maior ou menor êxito que o Encontro tenha tido. O Centro vai ter que ser, sem espírito paternalista, a "carraça no lombo" desta gente e vai ter que continuar a "chagar" com documentos, propostas de trabalho, de organização, com reuniões sectoriais mais limitadas geograficamente e sobre temas determinados.

O Centro Cultural, mais do que nunca, vai ter que ser activo e desde já.

I. — O Manuel Brandão deu a deixa. E agora...? Agora, como é que o Centro Cultural Regional vai assumir as "recomendações" que lhe foram transmitidas, qual o horizonte de relação entre a Câmara de Coruche e as Associações do concelho e, relativamente ao modelo de Encontro utilizado, o que é que se extraiu para futuras acções?

A.S. — A partir de agora, muitas das conclusões a que se chegou e muitas das propostas lançadas acabam por ter uma certa correspondência com o nosso plano para 1983. Chegámos à conclusão de que o futuro do Centro Cultural, em termos da sua acção, vai ser na intervenção sectorial.

É NECESSÁRIA A INTERVENÇÃO SECTORIAL

Não é por acaso que o Centro intitula o plano para 83 de "Ano da Formação e do Intercâmbio Cultural".

Dizemos isto porque, depois desta etapa, que mais ou menos foi cumprida, é chegado o momento de investir mais nas questões sectoriais e aí se possam avançar algumas ideias que temos.

Destes encontros mais sectoriais para a formação de animadores nos mais diversos sectores da actividade cultural, da música ao teatro, do cinema à questão da informação, por exemplo, temos já algumas propostas muito concretas a fazer às Associações e aos agentes culturais do distrito.

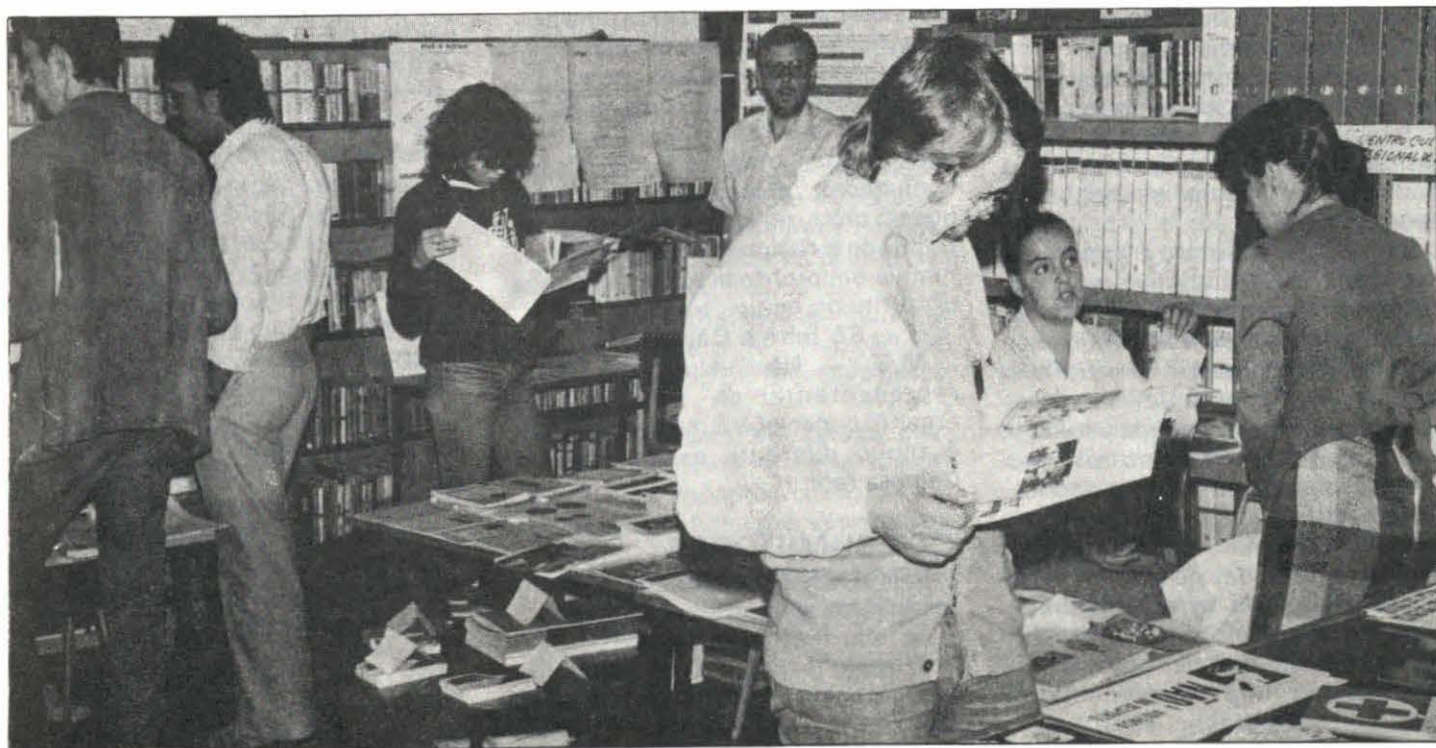
NÃO VAMOS PARAR

Relativamente ao "não adormecer" isto corresponde a essa vontade de pegarmos na "massa" das conclusões e dar-lhe o encaminhamento necessário e... talvez daqui a um ano possamos discutir os resultados práticos deste Encontro.

Para isso, tudo depende, também, dos apoios que viermos a receber porque investir neste país, sobretudo na formação, é cada vez mais difícil.

Essa "carraça no lombo", como o Manuel Brandão referiu, está de alguma maneira consubstanciada nessa maneira de intervir, agora sim, sectorialmente nos vários aspectos da actividade cultural e, no fundo, na perspectiva do desenvolvimento cultural.

P.O. — Na perspectiva de colaborador e de voltar a ter de desencadear uma acção deste tipo ou de pensar





mesmo como capitalizar melhor a acção que agora foi desenvolvida, penso que é necessário encarar este Encontro de Coruche como ponto de partida e não como ponto de chegada.

O ENCONTRO FOI UM PONTO DE PARTIDA

Estávamos num Encontro de animadores e de Associações de um distrito, mas, porque me parece que as pessoas têm uma profunda necessidade de se encontrarem, de combinarem coisas em conjunto, é que entendo que isto deve ser um ponto de partida e não de chegada.

Também não concordo com o que já ouvi, no sentido de pouco ou nada se ter adiantado em relação às Jornadas, apesar de não ter a perspectiva global daquelas, porque só estive em Santarém.

Em relação ao futuro e à pergunta "e agora?" penso que seria, talvez, necessário desencadear, desde já, um programa de jornadas. Que estas fossem desencadeadas como reflexo do Encontro e penso que esta actividade podia ser aproveitada para corrigir as deficiências ou os tais aspectos negativos que são apontados a este Encontro.

Essas jornadas seriam, obviamente, organizadas de maneira diferente das que precederam o Encontro e, como o Alberto já disse, talvez não a pensar em concelhos, mas no tipo de actividade cultural que une as pessoas.

Por outro lado, aproveitar esta embalagem para sensibilizar as pessoas, muito embora eu concorde com as duas perspectivas de formação que aqui já foram abordadas.

Entendo que um dos primeiros trabalhos a fazer neste país é preparar culturalmente as pessoas para receberem um tipo de cultura. Relativamente a esta questão, Santarém surpreendeu-me porque os contactos que fui tendo durante a preparação do Encontro com elementos do Centro Cultural e da Câmara de Coruche iludiram-me e, a partir de certa altura, arranquei para uma preparação do quadro temático que não correspondeu à realidade que encontrei no Encontro. Acho que há estrutura e infraestrutura que permitem desencadear uma série de acções conjugadas, mas sectoriais, e que podem produzir um efeito muito mais profundo e recuperar a tal acção formativa em profundidade, que estava presente na equipa técnica.

I. — Só falta a Câmara!

M.B. — Não estou aqui como representante da Câmara. No entanto penso que a minha visão não é muito diferente daquela que a Câmara tem.

CONSUMIDORES / PRODUTORES CULTURAIS

O trabalho que a Câmara tem feito tem sido de provocação. As acções têm sido de sensibilização em todas

as suas variantes. Em determinada altura, conseguimos transformar a população do concelho em óptimos consumidores de cultura e de desporto. Agora começa-se a assistir a outra coisa. Depois da sensibilização foi chegada a altura de começar a trabalhar sectorialmente, de raiz, por localidade. Esse trabalho teve de ser, inicialmente, acompanhado por um animador, ao fim de três meses começaram a aparecer os carolas interessados em ser agentes culturais e desportivos. Isso permitia retirar, partir para outra localidade do concelho e deixar as coisas ali a funcionar. Em termos de futuro, neste momento a Câmara está a fazer um grande esforço quer em termos de apetrechamento quer no da construção de equipamentos sócio-culturais, numa freguesia onde existem 5 ou 6 colectividades. Trata-se da construção de Centros que têm uma direcção e são de uso colectivo por parte dessas colectividades que, em conjunto, gerem a utilização do espaço. Isto já existe e neste momento já funcionam 6 Centros, de que a Câmara é proprietária. Outros existem, como é o caso do Couço, que foi construído pela população, e outras pequenas sedes que funcionavam como tabernas mas que nós aproveitámos para desenvolver actividades.

O plano de actividades da Câmara até 85 prevê um grande esforço virado para as questões organizativas e de apoio às colectividades. Vamos preocupar-nos com o apoio técnico que permita dar saltos qualitativos e uma maior massificação das várias práticas culturais e desportivas, tentando enraizar novas modalidades junto das populações, permitindo uma percentagem cada vez maior de praticantes a todos os níveis. O Encontro, nisso, serviu para reforçar essa perspectiva.

Outra questão importante para a Câmara é colocar o sector sócio-cultural ao mesmo nível dos outros. Ainda não é possível, financeiramente, isso acontecer porque há prioridades que vão permitir criar condições para que as pessoas "criem cultura". Mesmo assim, e só este ano, a Câmara já gastou mais de sete mil contos no sector, sem contar com os equipamentos, o que demonstra a disponibilidade existente e a visão que a Câmara tem do desenvolvimento integrado e harmónico do concelho.

Coruche, Novembro 1982

Aposto nos meios alternativos de comunicação, de informação e de cultura

Neste país, onde ainda se acredita na aposta, perguntamos uns aos outros: por onde começar?

José Paquete de Oliveira reconhece que "Portugal tem condições únicas de não entrar num centralismo cultural, como se está a assistir no dito mundo desenvolvido. Por isso é que me interessa e aposto nos meios alternativos de comunicação, de informação e de cultura. Penso que é aqui que pode residir uma grande força dos portugueses e sobretudo das comunidades portuguesas. É que um dos efeitos imediatos da cultura terá de ser a libertação. Nada é mais libertador do que o desenvolvimento cultural e parece-me, de certo modo, não ser por acaso que ao longo dos 50 anos de fascismo um dos segredos do êxito ter sido o atrofiamento cultural".

O Estado asfixia sempre as tentativas autónomas de um desenvol-

vimento diferente. Isto porque "não está interessado em desenvolver um tipo de cultura, quer ao nível das comunidades quer ao nível de concelhos, ou dos distritos que possam vir a ser seus adversários; por isso penso que qualquer política cultural ou qualquer poder tentarão centralizar a cultura".

Comunicar/consciencializar pode ser quase o princípio da transformação: "o problema, para mim, hoje, não se põe em mudar uma direcção da Televisão. A mudança cultural da TV põe-se em desenvolver aqueles que vão receber essa televisão e que no processo, obviamente dialéctico, vão depois forçar a TV a modificar-se. Quem pode vir a forçar, a médio e a longo prazos, uma mudança bastante radical nos grandes centros de produção e difusão da cultura são os pequenos! São as colectividades, são todas as manifestações alternati-



vas, são estes pequenos centros que dinamizam culturalmente os seus meios. Se algum espaço de liberdade nos resta é aí que o temos de explorar".

FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Por vezes, pensamos que comunicar bem, ao se escrever um texto por exemplo, é tecer um discurso intrincado, cheio de saber dos deuses, cheio de uma linguagem complexa, demasiado especializada.

Esquecemos que escrever bem depende de vários factores, entre eles depende fundamentalmente do destinatário. Daquele que vai receber a mensagem que nós queremos transmitir.

Para formar é imprescindível comunicar. Mas não é condição suficiente. É preciso que a mensagem emitida seja recebida, aceite e compreendida. A definição "formar é comunicar" é insuficiente. Está muito ligada a um conceito autoritário da formação e da informação: uma vez que foi emitida uma mensagem clara ela vai tocar o seu destinatário, este vai compreendê-la e

executar automaticamente o que lhe pedimos para fazer.

Esta foi a questão que me surgiu há bem pouco tempo, mais propriamente num curso integrado no Projecto da Universidade do Minho, de Formação de Adultos.

Esse curso chamava-se "Oficina de Autores para a Produção de Guiões de Estudo". O objectivo desse curso era:

1. Produzir guiões de estudo com textos elementares, que diziam respeito a assuntos chave para o desenvolvimento das respectivas áreas.
2. Dar conhecimento geral sobre o círculo de estudo, a utilidade dum guião de estudo e maneira de o elaborar.
3. Formar os participantes na arte de escrever guiões de estudo, de

modo a que depois, o soubessemos fazer por nossa própria iniciativa.

Neste curso, (tentei explicar-vos sucintamente para o que ele serviu), descobrimos então, que grande parte dos textos para adultos com baixo nível de instrução quase não existiam no nosso país.

Que existe uma lacuna no nosso país entre os livros de leitura utilizados no ensino básico, na formação de adultos com pouca instrução e os livros chamados de biblioteca.

No nosso caso concreto (no nosso grupo participante) levantou-se o problema dos textos para os agricultores.

Os panfletos, as folhas de divulgação de novas técnicas, novos métodos para a agricultura, são demasiado difíceis, compactos. Quer dizer, têm uma grande quantidade de ideias

diferentes condensadas em longos parágrafos, numa linguagem elaborada tecnicamente.

Levantou-se assim, nesse curso, a necessidade urgente dum outro curso, que se destinasse à produção de textos para a educação de base de adultos.

O objectivo seria pois, produzir textos simples destinados a pessoas cujas habilitações não iam muito além da instrução primária.

O curso teve imenso êxito! Foi também uma azáfama! Em círculo, sentados numa mesa, cada grupo analisava textos e desdobrava-os em ideias simples. Cada um com a sua

experiência, trabalhadores dos hospitais, das casas do povo, do ensino para adultos, outros ligados à agricultura!

Alguns textos ficaram a meio do caminho, outros são já utilizados e multiplicados por esse Minho fora!

Aprendemos que antes de elaborar um texto, antes mesmo de o esboçar no seu esqueleto, devemos ter presente:

A finalidade do texto;

Que existem géneros e estilos diferentes, quais são e como os explicar;

É preciso ter na mão um esquema orientador.

O nosso grupo participante escolheu para reflectir e refazer dois textos, o que vai aqui para ilustração.

Intitula-se "A Análise de Terras e o Aumento de Produção Agrícola".

Nesse texto que eu vou tentar reproduzir (fig. 1) para que possam ter uma ideia do que ele é, nós achamo-lo:

1. Correcto tecnicamente.
2. Com termos pouco comuns em alguns sítios do texto.
3. Com vários assuntos que se ligam, mas que podiam ser vistos um a um.
4. A apresentação é seca, pouco convidativa.
5. Um agricultor jamais ficará sensível a este texto. Não o utilizará.

Leitura difícil.

A partir desta realidade, resolvemos elaborar uma série que se chamou: Produzir mais e melhor.

Os assuntos condensados no artigo que serviu para reflexão deram origem, cada um, a um pequeno livrinho. Sairam assim 6 pequenos livros.

Esta série foi definida à partida nos seguintes termos:

1. Destinava-se a agricultores com a 4ª classe.
2. O objectivo era levar os agricultores a produzir mais e melhor e explicar como é que isso se consegue.
3. O tamanho razoável de cada livro da série.
4. O género de linguagem seria narrativo-informativo.

Vejam agora o resumo que vos fiz por tópicos de cada um dos 6 livros (fig. 2) e comparem com o texto inicial.

Depois desta breve ilustração vou mostrar-vos o esquema que seguimos para analisar o texto base "A Análise de Terras e o Aumento de Produção Agrícola" e para, a partir dele, elaborar a tal série que vos illustrei acima.

Convém, pois, antes de elaborar um texto ver bem a quem se destina (situação sócio-económica, cultural, idade...).

FIG. 2

Série Produzir Mais e Melhor

1º. Livro — Analisar para Conhecer

A vida da planta
As terras não são todas iguais
As diferentes plantas exigem terras diferentes
A análise das terras permite conhecer a terra
Qual a ajuda prestada pela análise
Como fazer a análise
A análise serve para fazer a correcção e para a fertilização

2º. Livro — Corrigir para aceitar

O que é a correcção
Aceitar a terra para determinada planta
As características das terras na Região de Entre Douro e Minho
Consequências que isto traz
Os benefícios da correcção

3º. Livro — Fertilizar para alimentar

O que é a fertilização. O que é a adubação
A acção dos alimentos na planta
O equilíbrio da fertilização
Adubo = alimentos da planta
Os alimentos da planta têm acções diferentes
Para que serve cada alimento que está na planta
Um saco de adubos tem alimentos em quantidades diferentes — diferentes misturas

4º. Livro — Boas Sementes. Bons Frutos

A escolha da semente
O que é uma boa semente
Sementes com garantia
O que são sementes híbridas

5º. Livro — Não comprar o que podemos criar

A alimentação do gado
Os animais precisam de se alimentar
As necessidades de alimentação variam com:

- A espécie
- A produção
- Fontes de alimento para o gado
 - Plantas próprias
 - Frutos
 - Resíduos vegetais
 - Produtos animais
- Complementos de alimentação
 - Vitaminas
 - Sais minerais
- As rações comerciais

Qual será a melhor escolha
Técnicas de utilização das forragens

6º. Livro — Proteger as plantas sem matar as pessoas

O que são pesticidas
Porque se usam
Cuidados com a sua aplicação
Intervalos de segurança
Meios de diminuir a necessidade de pesticidas
Usar plantas resistentes
Condições de melhor cultivo
Luta biológica

FIG. 1

As plantas crescem bem quando têm à sua disposição água, luz, ar e terra fértil.

É na terra que se encontram os nutrientes que são os alimentos que as plantas absorvem através da raiz e que são essenciais para o crescimento e a produção dos frutos.

Destes nutrientes ou alimentos uns são absorvidos pelas plantas em grandes quantidades, caso do azoto (N), fósforo (P) e potássio (K); outros como o cálcio (Ca), magnésio (Mg) e enxofre (S) são absorvidos em quantidades inferiores aos 3 primeiros e outros ainda são absorvidos em quantidades muito pequenas e por isso se chamam micronutrientes como é o caso do boro (B), ferro (Fe), manganês (Mn), zinco (Zn), cobre (Cu), cobalto (Co), sódio (Na) e cloro (Cl).

No entanto a falta de qualquer um destes nutrientes provoca um abaixamento de produção tanto em quantidade e em qualidade.

Uma adubação exagerada com determinado nutriente pode também provocar problemas à cultura sendo particularmente grave o uso de doses exageradas de micronutrientes que podem destruir completamente a cultura.

Por outro lado muitas vezes sucede que o solo contém quantidades elevadas de nutrientes que a planta não consegue absorver devido às condições de acidez da terra.

Outras vezes, pelo contrário, condições de acidez muito elevadas permitem elevada solubilidade de determinados elementos que por sua vez provocam toxicidade à planta. Estas situações são infelizmente vulgares no EDM.

Para evitar todos estes problemas e incertezas a análise da sua terra é indispensável. Esta análise vai permitir equilibrar os solos nos elementos que a planta absorve em grandes quantidades e vai permitir também por exemplo, através de uma calagem, a absorção de nutrientes que se encontram insolúveis, e, reduzir a solubilidade de elementos tóxicos. No entanto, a quantidade de calcário necessário para provocar os efeitos atrás citados deve ser calculada em laboratório em função do solo.

Para que a análise tenha valor e dela se possa tirar o máximo proveito possível é necessário que a amostra de terra obedeça às condições exigidas no folheto "Regras para colheita de amostras de terras para análise" e se cumpram rigorosamente as instruções nele descritas. Se assim não for os valores dos boletins de análise não corresponderão aos valores da terra e todo o trabalho foi inútil.

Em caso de dúvida e para melhor elucidação devem os agricultores consultar os técnicos agrícolas do seu concelho que os elucidarão e lhes darão instruções práticas para a colheita de amostras para análise. De nada serve, contudo, o boletim de análise se não se fizerem as necessárias correcções e fertilizações de acordo com a cultura e os fins em vista.

Com um conselho de adubação correcto o senhor agricultor pode ter maiores colheitas, produtos melhores, e aumentar até a fertilidade das suas terras, gastando mesmo menos dinheiro na compra de adubos, pois só aplica dos necessários.

FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Depois, quais são os objectivos deste texto.

A seguir perspectivar a questão do conteúdo e perguntar:

1. O conteúdo corresponde bem à situação dos destinatários?
 - as necessidades deles;
 - os conhecimentos deles;
 - o ambiente deles;
2. Estão bem caracterizados os conceitos e pensamentos abstractos e os contextos e ideias teóricas?
3. Os exemplos que queremos dar aproximar-se-ão da realidade quotidiana dos destinatários?
4. O conteúdo é suficientemente compreensivo? Proporcionará novos conhecimentos?
5. Um dos objectivos do texto é levar à acção.

Será que o texto que vamos elaborar atinge este objectivo?

6. É bom reflectir sobre a escolha dos factos e dos exemplos que podem revelar valores. Coordenar-se-ão aos nossos objectivos? Aos destinatários?
7. O texto dá informação demais em pouco espaço ou pelo contrário é insuficiente?

8. O conteúdo é estimulante? E a linguagem?

A linguagem é simples? É concreta? As palavras que se empregaram? Amontoa-se demais informação na mesma frase?

Os conceitos novos são explicados?

Em que estilo é o texto escrito?

— Estilo de facto (linguagem corrente, linguagem burocrática, linguagem técnica)

— Estilo narrativo

— Estilo retórico (filosófico, provocativo, prático, propaganda)

Que efeito terá o estilo utilizado no leitor?

Como é que o autor trata o leitor? Seria possível fazer uma linguagem mais estimulante? Como?

É preciso ter em atenção outro tipo de material a utilizar eventualmente:

— Títulos

— Sub-títulos

— Ilustrações

— Sublinhados

— Prefácio

— Resumos

Vejam então, por último, um texto simplificado — exp. 5º livro.

Será que vos ajudei?



Mariano Picarra

FIG.3

NÃO COMPRAR O QUE PODEMOS CRIAR

O melhor alimento do gado é o que podemos cultivar nos campos.

As pessoas precisam de comer se não morrem.

Os animais também precisam de ser alimentados para crescerem e viverem.

A alimentação das pessoas precisa de ser variada e é diferente a alimentação duma criança ou dum adulto.

Um adulto que trabalha muito tem necessidade de comer melhor que outro que passa o tempo a descansar.

Um animal de produção, por exemplo uma vaca a dar leite, precisa de mais alimento que uma vaca seca.

Os diferentes animais precisam de alimentos diferentes e as quantidades também não são iguais.

Os alimentos para os animais duma exploração agrícola podem ser cultivados nos campos ou comprados nas lojas (ou cooperativas).

Os alimentos que se compram nas lojas são as rações.

Há rações diferentes para cada espécie de animais.

Há rações para vacas de leite, rações para vitelos (leite), rações para coelhos, para galinhas poedeiras e para frangos.

Embora pareça que são a mesma coisa, há diferenças entre estas rações, mesmo as rações para galinhas poedeiras são diferentes das rações para frangos para carne.

Se dermos as rações trocadas os animais não produzem como deve ser e estamos a estragar dinheiro.

A cada espécie animal a sua ração própria.

Mas nos campos podem produzir a maior parte do alimento para os animais.

As rações compradas seriam usadas para apenas dar uma ajuda aos animais, para estes crescerem melhor e produzirem mais.

As rações são muito caras e Portugal tem de as comprar a outros países.

Se podermos alimentar o gado com o produto dos nossos campos poupamos dinheiro ao país.

O dinheiro poupado poderá servir para termos mais escolas, mais hospitais e mais estradas.

Uma forma de aumentar a produção de forragem é cultivar milho para ensilar.

O milho deve ser próprio para silagem. É melhor usar milho híbrido para forragem.

No mesmo campo pode, depois do milho, cultivar-se as ferrãs. As ferrãs são misturas de ervas por vezes com aveia ou centeio.

Assim no mesmo campo pode ter-se milho verde para o gado, milho para guardar no silo, ervas verdes e ervas para secar (feno).

Por este processo temos alimento para o gado durante muito tempo.

Mas ainda se pode ter os lameiros com erva verdinha e até prados com trevos que duram vários anos.

Precisamos todos de aproveitar o melhor possível os nossos campos.

Para saber o que será melhor cultivar para poder alimentar o seu gado deve consultar o Técnico Agrícola da sua cooperativa.

O Técnico diz-lhe as sementes que é melhor usar e o que será melhor plantar em cada campo.

Se poder criar em casa o alimento para o seu gado para que é que há-de comprar tanta ração na loja?

Faça as contas, pergunte aos Técnicos e **não compre o que pode criar.**

COLUNA a COLUNA

O ELEFANTE AZUL

Hoje a Rita chegou ao pé de mim e disse:

"Sabes, a minha professora de desenho não gostou do meu elefante azul. Disse que os elefantes não eram assim e, se eu os quisesse pintar tal qual eles são, que fosse ver à enciclopédia".

Estamos em 1982, trata-se de uma professora de educação visual do ensino básico, de uma criança (pré-adolescente) que se pretende "ensinar" e de um simpático paquiderme cujas espécies mais conhecidas se encontram em África e na Índia — As outras vivem à solta na nossa imaginação, variando em cor, tom, forma, linguagem, habitat... (há até uns elefantes sobre os quais se contam ótimas anedotas).

Antes de mais, deixem que me apresente "ideologicamente": — os elefantes de enciclopédia, iguaizinhos ao real, são uma perfeita monotonia, uma chatice!

Talvez a coisa mais maravilhosa que existe quando olho a realidade é poder interpretá-la a meu jeito, com o meu próprio traço, deixar que a mão siga o seu caminho (na sua própria motricidade) desenhando o elefante da minha fantasia.

E há tantas mãos diferentes (tantos jeitos de desenhar)!



Voltei-me para a Rita e propus que voltasse a fazer o elefante azul.

Fê-lo primeiro à guache... e era diferente do anterior. Depois sugeri que variasse de material.

A princípio, timidamente, usou a grafite, depois o carvão, as tintas de cenografia... a meio da sessão já tinha utilizado tudo quanto era material existente no meu atelier — à sua frente, uma manada de elefantes azuis.

Afinal um só elefante podia ser "pronunciado" de formas diferentes.

Começámos, então, a conversar sobre cada um destes animais:

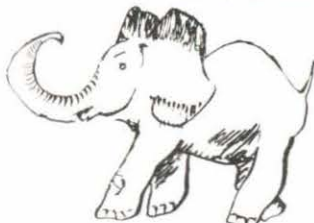
...este parece assim... aquele assado... olha aquele ali está com um ar de... faz lembrar um...

Lancei o desafio:

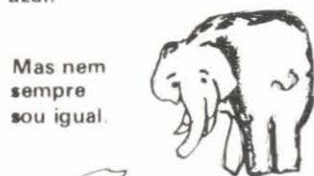
— Que tal construir uma história com estes elefantes?

Rita recortou elefante por elefante zip zip com a tesoura e colou-os, um por um, numa grande folha de papel, escrevendo por baixo uma legenda.

A história começava assim:



Olá! Eu sou um elefante azul.



Mas nem sempre sou igual.



Hoje estou contente



mas às vezes fico triste ou doente etc... etc... etc...

E VOCÊ, SENHOR ANIMADOR, QUAL A COR DO SEU ELEFANTE?

Miguel Horta

Paris, Novembro de 82

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Realizou-se em Paris, de 25 a 29 de Novembro, a primeira Conferência Internacional de Educação de Adultos, promovida pelo Conselho Internacional de Educação de Adultos, com a colaboração do "Peuple et Culture".

Estiveram presentes representantes de cerca de 150 países de todos os continentes, entre os quais países de expressão portuguesa: Moçambique, Guiné, Brasil.

A Delegação Portuguesa era constituída pela Revista Intervenção, Associação Portuguesa para a Cultura e Educação Permanente, Comissão da Condição Feminina/Projecto PO5, Fundação Calouste Gulbenkian e outros técnicos de serviços oficiais, que participaram na conferência a título individual.

Esta foi a primeira ocasião de encontro a nível internacional de animadores e responsáveis pela educação de adultos de todo o mundo e de troca de experiências sobre os seus trabalhos. A UNESCO reconheceu a importância desta conferência e do trabalho realizado pelo ICAE, concedendo-lhe o Estatuto A (estatuto de maior importância atribuído pela UNESCO às Associações não governamentais). Por outro lado, a Conferência propunha-se elaborar recomendações a serem apresentadas na próxima Conferência de Educação de Adultos da UNESCO, relativas aos seguintes temas (1): Educação e Trabalho, questões relativas às mulheres. A participação da população nos cuidados

primários de saúde, educação para a autogestão da comunidade rurais, para uma alfabetização integral, interacção entre educação formal e não formal, cultura e comunicação.

Ação do sector não governamental no que respeita à política de Formação para a Educação de Adultos para a paz, diálogo Norte-Sul, novas tecnologias: Educação de Adultos, um desafio. Problemas de migração e emigração.

O aprofundamento dos temas foi exclusivamente realizado em grupos de trabalho ao longo dos quatro dias da conferência, houve igualmente trabalho em ateliers (produção de materiais para a pós-alfabetização, investigação participativa, avaliação e participação, educação de adultos em meio urbano, etc.).

Na sessão de encerramento, foi anunciada a intenção do governo francês de criar em Antibes (Sul da França) o Instituto de Educação Popular para os países Mediterrânicos, que poderá vir a interessar os animadores portugueses.

Outra notícia é a Associação Portuguesa para a Cultura e Educação Permanente ter sido aceite como membro do ICAE, durante a Assembleia Geral deste Conselho, realizada logo após a Conferência.

Rosário Marta
Manuela Gonzalez

(1) Os documentos-base de discussão destes temas encontram-se disponíveis para consulta, na sede da nossa revista.



daqui e dali

QUINZENA DE ETNOMUSICOLOGIA A MÚSICA TRADICIONAL DESCE À CIDADE

O "Almanaque — Grupo de Recolha e Divulgação de Música Popular" que, há oito anos, se dedica a contactar directamente com as raízes da música tradicional portuguesa, organizou, de 23 de Outubro a 6 de Novembro, a "Quinzena de Etnomusicologia".

O grande mérito da "Quinzena de Etnomusicologia" foi trazer ao nosso maior centro cultural e urbano parte do folclore musical que ainda persiste, mas que poderá correr o risco de se extinguir ou de atingir um estado de degradação que tornará muito difícil o trabalho da sua recuperação.

A tarefa de apresentar em concerto a música tradicional portuguesa executada por intérpretes populares foi, embora com riscos, plenamente conseguida. Na verdade, apresentar os músicos e os cantadores fora do seu meio pode retirar alguma pureza às exhibições, tanto mais que não se conseguiu totalmente expurgar dos concertos o vício da soleinidade que se persiste dar aos

as verdadeiras raízes populares, do Grupo Polifónico minhoto que, por momentos, conseguiu alargar ao público o ambiente de romaria minhota e do Coral Polifónico da Beira Alta (região de Lafões).

No concerto que abriu a quinzena apresentaram-se o "Almanaque", a Brigada Vítor Jara e o Grupo "Vai de Roda".

Assinala-se com agrado a preocupação do "Almanaque" em apresentar os trechos musicais no melhor grau de pureza possível, preocupação esta que, no entanto, não pode servir de desculpa para algumas falhas ocorridas durante a sua actuação.

A Brigada Vítor Jara apresenta da música popular uma versão mais estilizada, servindo-se de amplificações sonoras, o que, para alguns, pode parecer uma "heresia". No entanto, da sua actuação ressalta um bom poder interpretativo e de comunicação.

O Grupo "Vai de Roda"

mentos Musicais Portugueses" esteve também patente ao público, no âmbito da "Quinzena". Esta mostra de 87 instrumentos agrupados por famílias musicais e consoante a sua origem por regiões, vai, agora, correr o país no âmbito de uma exposição itinerante.

Ainda durante a "Quinzena de Etnomusicologia" reapareceu a revista "Arte Musical", órgão da Juventude Musical Portuguesa, que editou um número especial. O ressurgimento da "Arte Musical" revela que os organizadores da "Quinzena" se propuseram fazer um trabalho em profundidade.

A Mesa Redonda e o debate efectuados sobre os problemas do folclore musical português

revelou a preocupação de a nossa música popular poder estar em riscos de extinção. No entanto, várias iniciativas, entre as quais esta "Quinzena de Etnomusicologia" se conta, têm impedido que esse mau presságio se concretize.

No encerramento da primeira sessão do debate foram evidentes pontos de vista não concordantes sobre o modo como entender a música popular. Deseja-se que o debate seja aprofundado mas o aprofundamento não é compatível com grandes demoras e adiamentos.

A rápida continuação do debate é uma forma de aferir a verdadeira vitalidade e a eficácia da "Quinzena de Etnomusicologia".



actos culturais, retirando-lhes assim as características populares.

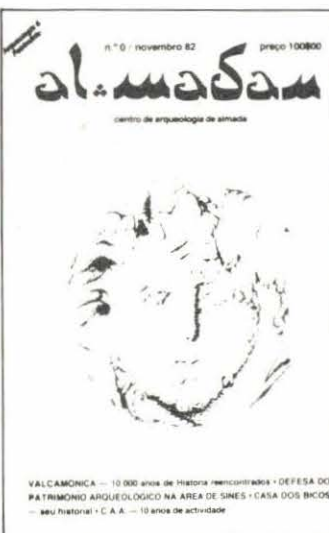
Mas não se pode dar carácter sagrado às apresentações dos grupos nos seus locais de raiz. Pode-se mesmo dizer que, embora fora do seu ambiente, os grupos proporcionaram, nos dois concertos destinados a intérpretes populares, uma actuação de grande autenticidade, como foram os casos do tamborileiro de Miranda do Douro, Virgílio Cristal, da entoadora de romances, também de Miranda do Douro, que conseguiu levar a assistência a identificar-se com

distingue-se pela introdução do elemento cénico. A música tradicional portuguesa é apresentada com o suporte de um texto sobre lendas que pertencem ao imaginário popular. O objectivo de apresentar ao público uma certa lição foi positivamente atingido.

Durante a "Quinzena de Etnomusicologia" — que não se resumiu só aos concertos — foram editados e lançados três discos de recolhas musicais da tradição oral portuguesa efectuadas pelo "Almanaque — Grupo de Recolha e Divulgação de Música Popular".

Uma exposição de "Instru-

CONTRIBUTO



"AL-MADAN"

Acaba de ser lançada a revista "AL-MADAN", órgão do Centro de Arqueologia de Almada com o objectivo de "fomentar o gosto pela Arqueologia, Paleontologia e Património em geral".

São 40 páginas de agradável leitura, "privilegiando os campos da formação e divulgação técnicas e da 'informação' sobre iniciativas que se enquadrem nos objectivos referidos.

A direcção está a cargo de Luís Manuel Boaventura de Barros.

Os contactos para esta publi-

cação que se apresenta aberta a toda a colaboração devem ser dirigidos para aquele centro: apartado 103 (Torcatas), 2801 Almada Codex.



ALMANAQUE

"RECOLHAS MUSICAIS DA TRADIÇÃO ORAL PORTUGUESA"

Três discos de recolha da música popular portuguesa de Trás-Os-Montes ao Algarve.

Uma edição no âmbito da Quinzena de Etnomusicologia.

Pedidos a: Juventude Musical Portuguesa, Rua Rosa Araújo, n.º 6, 3.º — 1200 Lisboa.

AS NOSSAS MEMÓRIAS...



Desde sempre que o Homem se interrogou sobre o mistério da morte e do que estaria para além dela. Cada civilização encontrou, para esse mistério, as suas respostas e foi adoptando, em conformidade, atitudes próprias, que geraram os seus ritos característicos. O culto pelos mortos assumiu, assim, em cada povo, formas e manifestações especiais.

Entre nós, foi o mês de Novembro que a tradição consagrou para celebração da vida extra-terrena. É uma época propícia aos mistérios da morte, na medida em que a Natureza parece, ela própria, querer morrer: os dias tornam-se progressivamente mais curtos, aumentando inversamente o período das trevas, as árvores despem-se e, em geral, os campos perdem a alegria da cor e ganham tons sombrios.

O mês começa com o Dia dos Fiéis Defuntos e a romagem maciça aos cemitérios, que se enchem de flores, evocando aqueles que já partiram para o Além. Por outro lado, o arreigado costume do "pão por Deus", praticado no Dia de Todos Os Santos e, em geral, por todo o mês de Novembro, parece constituir um resquício do rito pagão do repasto fúnebre.

Por fim, é a devoção às Almas do Purgatório, que levou mesmo a considerar-se o Novembro como o mês das almas. Nas vilas e cidades, mas sobretudo nas aldeias, as almas dos que morreram são particularmente lembradas, rezando-se e dizendo-se missas em seu sufrágio. Trata-se aqui claramente da assimilação cristã do culto pagão dos mortos, consagrada sobretudo a partir do séc. XVI, com a Contra-Reforma, movimento que dedicou especial atenção à veneração das Almas do Purgatório, como forma de aprofundamento da fé. É ainda muito usual, nas nossas aldeias, ouvir-se cantar, durante as noites de Novembro, as encomendações das almas, forma musicalmente encontrada para exortar as pessoas que estão nas suas casas a rezarem pelas almas que sofrem as penas do Purgatório. O canto é lançado no silêncio da noite e o apelo ressoa lugubrememente:

Ó homens que estais dormindo
Nesse sono tão profundo
Levantai-vos e rezai
P'las almas do outro mundo

José Alberto Sardinha